



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARÁ**

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR BIÊNIO 2019-2020



**COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E DEFESA DO
CONSUMIDOR - ALEPA**



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente da Assembleia Legislativa do Pará



Chicão - MDB

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor



Deputado Bordalo - PT

Vice-presidente



Deputada Prof.ª Nilse Pinheiro - PR

Membros Titulares



Dep. Igor Normando - PODE



Dep. Marinor Brito - PSOL



Dep. Dr. Wanderlan - MDB



Dep. Diana Melo - DC



Dep. Ana Cunha - PSDB

Membros Suplentes



Dep. Dirceu Ten Caten - PT



Dep. Thiago Araújo - CIDA



Dep. Orlando Lobato - PMN



Dep. Dr. Jaques Neves - PSC



Dep. Chamonzinho - MDB



Dep. Victor Dias - PSDB



Dep. Ozório Juvenil - MDB

OUÇA A MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR DA ALEPA

“Tenho a honra de presidir a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor do Parlamento do Pará! Apresentamos a todos e a todas o nosso relatório de atividades do período de 2019/2020, dois anos de muito trabalho, de desafios desconhecidos para nós, onde tivemos que conviver com a pandemia que se abateu na humanidade, a COVID19 representou um risco à vida humana que jamais experimentamos e, portanto, nos abrigou a rever condutas, rever dinâmicas de trabalhos, reinventarmos para podermos continuar e seguir trabalhando pela garantia de direitos no Pará. Eu espero que todos e todas possam tomar conhecimento de um volumegigantesco de atividades, quero dizer que jamais essas atividades seriam possíveis sem o trabalho dedicado da nossa equipe da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, uma equipe valorosa integrada por funcionários e funcionárias de carreira da Casa, como também por estagiários e colaboradores externos que mesmo voluntariamente nos ajudaram a continuar escrevendo capítulos significativos na garantia de direitos do estado do Pará. Muito obrigado! E todos e todas tem agora a oportunidade de conhecer nosso relatório.”





COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sumário

1. DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR	5
2. DOS TRABALHOS NO ANO DE 2019	8
2.1. Membros	
2.2. Servidores da CDHDC/Elaboradores do Relatório	
2.3. Colaboradores	
2.4. Revisão e Edição	
2.5. Diagramação	
2.6. Apresentação ano 2019	9
2.7. Calendário anual	11
JANEIRO	11
FEVEREIRO	11
MARÇO	13
ABRIL	15
MAIO	19
JUNHO	21
JULHO	27
AGOSTO	32
SETEMBRO	45
OUTUBRO	49
NOVEMBRO	52
DEZEMBRO	53
3. DOS TRABALHOS NO ANO DE 2020	59
3.1. Membros	
3.2. Servidores da CDHDC/Elaboradores do Relatório	
3.3. Colaboradores	
3.4. Revisão e Edição	
3.5. Diagramação	
3.6. Apresentação ano 2020	59
3.7. Calendário anual	61
JANEIRO	62
FEVEREIRO	63
MARÇO	66
ABRIL	69
MAIO	70
JUNHO	73
JULHO	75
AGOSTO	75
SETEMBRO	78
OUTUBRO	79
NOVEMBRO	79
DEZEMBRO	81
4. DA CONCLUSÃO	83



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

1. A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, é uma das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, constituída por 7 deputados membros titulares e 7 membros suplentes, é dirigida por um presidente e um vice-presidente, atua em demandas de violações de direitos do consumidor e qualquer situação, que atente contra os Direitos Humanos e o Estado Democrático de Direito, tendo atribuições e competências expressas no Regimento desta Casa Legislativa, vejamos:

§ 7º. À Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor compete:

I - **realizar** simpósios, debates e estudos acerca dos direitos da pessoa humana;

II - **promover** a divulgação desses direitos através de conferências, exposições e seminários na Assembleia Legislativa, nas universidades, escolas, clubes, associações de classe e sindicatos, por intermédio de seus integrantes, autoridades e pessoas abalizadas, convidadas para este mister;

III - **efetivar**, nas áreas que ocorrem maiores índices de violação dos direitos humanos, investigações e estudos para determinar suas causas, sugerindo medidas tendentes a assegurar a plenitude do gozo da tais direitos, fazendo, ainda, campanhas de esclarecimento e divulgação;

IV - **efetuar** investigações nas áreas onde ocorrem graves conflitos fundiários, com agressões aos direitos humanos, obtendo esclarecimentos e propondo providências e soluções aos órgãos competentes;

V - **dar** ciência às autoridades competentes de denúncias de violação aos direitos humanos;

VI - **opinar** sobre assuntos inerentes à defesa do consumidor, investigando a composição, qualidade, apresentação de bens e serviços, inclusive de concessionários ou permissionários de

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

serviços públicos, órgãos da administração indireta e sociedades de economia mista, recebendo e verificando denúncias sobre a questão, propondo medidas administrativas e legislativas em defesa do consumidor, e atuando, em caráter permanente, com a colaboração das demais Comissões da Assembleia e associações de defesa do consumidor, para o efetivo desempenho de suas funções.¹

Em respeito as atribuições acima expostas a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA busca garantir a proteção e promoção destes direitos, através de atendimentos, recebimento de denúncias, encaminhamentos e outros mecanismos diários utilizados no intuito da eficácia da garantia desses direitos.

A Comissão é composta por membros do parlamento paraense, deputadas e deputados compromissados do a temática, além de equipe técnica atuante em defesa das demandas pertinentes a Defesa do Consumidor e Direitos Humanos.

Em muitas demandas apresentadas contamos com a cooperação do poder público (executivo, do judiciário e dos legislativos municipais) e com a Sociedade Civil, realizamos audiências Públicas, reuniões de trabalhos, seminários e demais eventos com a parceria desses entes, para fins de construir soluções e propostas de políticas públicas.

Colaboramos e acompanhamos, sempre que necessário, com o poder público e com a Sociedade Civil, em situações que envolvam violações de direitos humanos e defesa do consumidor, assim como aperfeiçoamento das políticas públicas conexas as temáticas, e oferta de serviços de reforço a cidadania.

¹[https://www.Users/prisc/Downloads/129_a904fe972a964ddcbf14dfacd7298484%20\(1\).pdf](https://www.Users/prisc/Downloads/129_a904fe972a964ddcbf14dfacd7298484%20(1).pdf)



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARÁ**

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

2019



**COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E DEFESA DO
CONSUMIDOR - ALEPA**



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

2. DOS TRABALHOS NO ANO DE 2019

2.1. MEMBROS

TITULARES:

- Deputado Carlos Bordalo – Presidente,
- Deputada Professora Nilse – Vice-Presidente
- Deputado Igor Normando
- Deputada Marinor Brito
- Deputada Diana Belo
- Deputado Dr. Wanderlan
- Deputada Ana Cunha

SUPLENTES

- Deputado Thiago Araújo
- Deputado Dirceu Ten Caten
- Deputado Ozório Juvenil
- Deputado Orlando Lobato
- Deputado Dr. Jaques Neves
- Deputado Chamonzinho
- Deputado Victor Dias

2.2. SERVIDORES DA CDHDC/ELABORADORES DO RELATÓRIO

- Filippe Burlamaqui Bastos - **Secretário;**
- Priscila Herondina Reis de Souza - **Assistente Técnico Legislativo;**
- Carlos Alberto Marques - **Equipe técnica;**
- Édila Rosé Barata Lima - **Equipe técnica;**
- Antonio Sávio de Lima - **Equipe técnica;**
- Marcos Jhonatas Dutra de Lima, Brenda Rafaela Prestes Moreira, Lyonagnen Quaresma da Silva e Jafra Maria Lima da Cruz - **Estagiários.**

2.3. COLABORADORES

- Maurílio Henrique Brandão Soares
- Angelina Nazaré dos Anjos Brandão
- Marcos Roberto Santos Silva

2.4. REVISÃO E EDIÇÃO

- Priscila Herondina Reis de Souza

2.5. DIAGRAMAÇÃO

- Sarah Souza



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

2.6. Apresentação ano 2019

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor esteve diante de grandes desafios durante o ano de 2019, haja vista as possíveis mudanças em leis de garantias de direitos, mediante um governo federal autodeclarado a favor de leis mais rígidas em termos econômicos as quais atingiriam principalmente a classe mais desfavorecida e em consequência em vários setores que dependessem dessa socialização do capital, tais como, o direito de benefício de prestação continuada da previdência social, direitos trabalhistas, acesso à educação de nível superior, políticas de cotas raciais e de renda, entre outros direitos, conquistados através de lutas dos movimentos sociais. Ressalte-se também, que por outro lado, havia a ameaça de tornar as leis ambientais mais brandas para que o grande capital interviesse a fim de se fixar na floresta amazônica e explorar de forma insustentável seus recursos naturais, nessa lógica, o poder econômico desconsidera as populações tradicionais, muitas vezes de modo violento.

A ameaça se tornou fato durante o ano 2019, principalmente as que se relacionaram à questão social, bem como a ambiental, cooperando para a ocorrência de violação de direitos humanos. E diante da conjuntura nacional e internacional de políticas de mínima intervenção do Estado em meio à economia global, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará tornou-se um ponto de resistência em meio a ideologia neoliberal, intermediando junto ao Poder Legislativo as pautas dos movimentos sociais, para tanto, esta Comissão planejou-se de forma a envolver diversos eixos relacionados aos direitos humanos, baseado no Plano Nacional de Direitos Humanos/PNDH-3, entre eles:

- **INTERAÇÃO DEMOCRÁTICA ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL;**
- **DIREITOS HUMANOS AO DESENVOLVIMENTO;**
- **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER;**
- **SEGURANÇA PÚBLICA, ACESSO À JUSTIÇA E COMBATE À VIOLÊNCIA;**
- **EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS;**



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

- **DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR;**
- **SISTEMA PENITENCIÁRIO;**
- **IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA CONSTRUÇÃO DE GRANDES PROJETOS;**
- **INCLUSÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROJETO TEA (Políticas**
- **Públicas).**

Eixos que nortearam os trabalhos frente às diversas demandas, que acionaram esta Comissão em busca do envolvimento mais humano do poder legislativo estadual.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

2.7 Calendário anual de 2019:

JANEIRO

Organização interna, planejamento, levantamento dos casos e demandas atendidas no ano de 2018.

FEVEREIRO

Dia 14, 9hrs, Sala VIP - REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE EMPODERAMENTO FEMININO DA LEI 8.775 DE 16/10/2018.

A Reunião de Trabalho, convocada por esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, debateu propostas de atividades para "a Semana do Empoderamento Feminino nas Escolas", instituída conforme lei nº 8.775/2018, de autoria do Dep. Carlos Bordalo.

O encontro teve como objetivo socializar o projeto de lei que trata sobre o assunto e ouvir sugestões propositivas com foco em ações que promovam o empoderamento feminino na rede de ensino público e privada do Pará. Além de aproveitar o espaço de discussão como fonte de ideias sobre políticas públicas contra o feminicídio.

PROPOSIÇÕES

Elisabeth Raiol, Professora da rede pública e integrante do Grupo de Mulheres Brasileiras, sugeriu a inserção de ações pedagógicas que envolvam diretamente os professores e alunos de escolas públicas e privadas, promovendo dentro da Seduc uma coordenadoria que discuta gênero e geração. Dessa forma, ela vai poder oferecer formação aos professores, porque para implementar essa lei é importante que os professores estejam preparados e a coordenação das escolas também. Outro ponto, é que a lei seja divulgada dentro dos regimentos escolares e leve essa discussão para todas as escolas.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Riane Reis, SEASTER, ressaltou que é importante promover o debate e a capacitação de gestores e servidores que atendem diretamente os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que somam 256 existentes no Pará, e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), para maior efetivação das políticas públicas.

Roseane Borcen, Agricultora e vice coordenadora da FETAGRI Regional Bragantina, Destacou a importância de se discutir ações para as mulheres agricultoras, ressaltando que as agricultoras rurais não são bem vistas com a sua renda, com a sua autonomia. E, hoje, trazendo essa discussão para dentro desse projeto de lei, é muito importante para valorizar as mulheres agricultoras.

Dia 18, 9hrs - PARTICIPAÇÃO NO ATO PÚBLICO PELO DIREITO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DE BARCARENA E ABAETETUBA

O ato público partiu da unidade entre movimentos sociais e diversas comunidades da região que incluem homens, mulheres, jovens e crianças, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores e trabalhadoras do campo com a intenção de ampliar e fortalecer a aliança popular entre as associações de moradores, centros comunitários e entidades representativa dos atingidos, tendo como pauta a criação de uma mesa de negociação permanente entre o movimento, em sua ampla representação, com a integração dos órgãos do governo federal e estadual e as empresas atuantes na região - Hydro Alunorte, Alubar e Imerys. O objetivo é dar encaminhamentos às demandas estruturais e emergenciais das comunidades atingidas.

PROPOSIÇÕES

Foram demandas emergenciais: abastecimento e distribuição de água mineral às famílias atingidas, a realização de exames de sangue e de cabelo, assim como o tratamento e equipes multiprofissionais de saúde para o atendimento à população. Além disso, o reconhecimento e cadastramento imediato de todas as famílias atingidas de comunidades não reconhecidas pelas empresas e início imediato de indenização para as famílias cadastradas.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Dia 21, 8hrs às 13hrs, Auditório João Batista da ALEPA - SESSÃO ESPECIAL SOBRE OS IMPACTOS CAUSADOS PELA INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO EM BARCARENA

Acompanhamento e dialogo quanto cumprimento dos acordos no Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou os danos socioambientais dos grandes projetos na Bacia do rio Pará (Barcarena), assim como, o TAC firmado com o **MPF, MPPA e SEMAS.**

MARÇO

Dia 11, 9hrs, Auditório João Batista na ALEPA - SESSÃO ESPECIAL SOBRE O DIA INTERNACIONAL DA MULHER.

Em Homenagem ao Dia Internacional da Mulher. A Sessão Especial debateu a condição feminina, os altos índices de violência contra mulher, o feminicídio, de maneira aberta e propositiva, no Pará e no mundo. Esta realidade, em que o Estado deve executar esforços para priorização de políticas públicas de combate a descriminalização de gênero, como forma de investir recursos para melhoria no aparato protetivo e repressor.

PROPOSIÇÕES

As mulheres, representantes de diversos movimentos sociais feministas e de instituições que participaram da sessão especial expuseram suas avaliações, críticas e sugestões de políticas públicas para as mulheres como a criação de uma Secretaria Estadual para as mulheres. Ainda durante a sessão as mulheres transexuais também foram lembradas e somam as estatísticas de vítimas de violência, assim como toda a comunidade LGBTI+.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Dia 14, 9hrs, Auditório João Batista na ALEPA - SESSÃO ESPECIAL SOBRE A SITUAÇÃO DA BARRAGENS DAS EMPRESAS DE MINERAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

Com os últimos crimes ambientais ocorridos em Brumadinho e Mariana, ambos em Minas Gerais, a segurança de barragens tem sido preocupação da sociedade e, mais ainda, exige necessidade de aperfeiçoar a política do setor e a legislação. Nesse sentido, a sessão especial debate sobre “o Sistema de Segurança e Fiscalização efetiva das Barragens para contenção de rejeitos minerais, industriais, e as de usos múltiplos, existentes no Estado do Pará e a necessidade de aperfeiçoar a política do setor e a legislação”.

Dia 18, SEJUDH – REUNIÃO DA COMISSÃO ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO AO TRABALHO ESCRAVO (COETRAE-PA).

Aprovação pelos membros da Comissão Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo (Coetrae-PA) a metodologia de monitoramento do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo. A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (CDHeDC/Alepa) integra e representa o legislativo na articulação e fomento de políticas públicas para o combate ao trabalho escravo contemporâneo.

Dia 20, Município de Santarém - PARTICIPAÇÃO DA ATIVIDADE ALEPA ITINERANTE EM SANTARÉM

A população de Santarém, no oeste do Pará, teve a oportunidade de ficar frente à frente com os deputados estaduais e apresentar propostas para melhorias do município.

Os deputados realizam sessão conjuntamente com o governador Helder Barbalho, que foi ao município acompanhado por secretários. Entre as reivindicações dos empresários e comerciantes de Santarém, por exemplo, é a construção da Área Portuária II, a conclusão da pavimentação da BR-163 e a TransUruará, assim como, a



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

construção de novo acesso para o aeroporto internacional do município e asfaltamento das interpraías.

A sessão contou ainda com a presença dos seguintes deputados: Toni Cunha (PTB); Ozório Juvenil (MDB); Chicão (MDB); Delegado Caveira (PP); Raimundo Santos (PATRI); Heloisa Guimarães (DEM); Marinor Brito (PSOL); Michele Begot (PSD); Diana Belo (DC); Jaques Neves (PSC); Júnior Hage (PDT); Fábio Freitas (PRB); Dr. Galileu (PSC); Miro Sanova (PDT); Fábio Filgueiras (PSB); Ângelo Ferrari (PTB); Victor Dias (PSDB); Orlando Lobato (PMN); Luth Rebelo (PSDB); Gustavo Seffer (PSD) e Delegado Nilton Neves (PSL).

Dia 27 - AÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM COM OS ATINGIDOS PELOS ALAGAMENTOS OCASIONADOS PELO INVERNO AMAZÔNICO.

Cerca 5 mil pessoas em São Domingos do Capim, município do nordeste paraense, foram afetadas pela maré alta, que há três décadas não atingia níveis como o que foi registrado no mês de março de 2019. A Prefeitura Municipal decretou estado de emergência e se mobilizou para arrecadar produtos de primeira necessidade para as vítimas da enchente.

ABRIL

Dias 03,08 e 09, 9 hrs, ALEPA - REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA A CRIAÇÃO DA CLÍNICA ESCOLA PARA AUTISMO COM: (03) FAMILIAS DE PESSOAS COM TEA; (08) SESPA E FAMILIAS DE PESSOAS COM TEA; (09) SEDUC E FAMILIAS DE PESSOAS COM TEA.

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, enquanto como integrante do grupo de trabalho para a implementação do Projeto Clínica Escola para Autista, realizou, durante esses dias, reuniões para discutir e aperfeiçoar a proposta, elaborada em parceria com diversas entidades de educação inclusiva e o



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Projeto TEA, da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), tendo como diretriz a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (art.2º da Lei 12.764/12).

Nos dias 08 e 09, foram realizadas reuniões com representantes das Secretarias de Estado de Educação e de Saúde (SEDUC E SESPA), para que cada órgão conhecesse a proposta e viabilizasse um convênio de cooperação institucional. Na terça-feira (08), foi realizada reunião com Ivete Vaz, secretária de políticas públicas de saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Pará (SESPA), e na quarta-feira (09), foi a vez de levar a proposta à secretária adjunta Ana Paula Renato, da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

O projeto tem como objetivo promover a formação profissional nas áreas de educação, saúde e serviços públicos em geral, atendimento educacional especializado específico para autismo, com foco no modelo de residência pedagógica, e presença de equipe multiprofissional e multidisciplinar, prestando acolhimento, atendimento e formação à família do autista e suporte especializado e humanizado de assistência social, saúde e cultura para diagnóstico precoce e garantia de políticas públicas.

A proposta é um sonho para muitos pais e mães com filhos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Um dos problemas para quem busca atendimento é a ausência de um centro de referência que reúna políticas públicas que promovam o desenvolvimento de crianças e jovens com autismo.

PROPOSIÇÕES

A ideia é implementar um projeto piloto, em Belém, que possa servir como referência aos demais municípios. Para a **professora Kita Santos, que integra a ONG Amora**, a principal dificuldade é a falta de profissionais qualificados para o diagnóstico e o tratamento da criança com autismo. "Vamos trabalhar, fiscalizar e cobrar para que esse recurso seja utilizado da melhor forma, e assim construirmos um serviço que seja definitivo em prol das nossas crianças."



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Após a apresentação do projeto, a secretária adjunta da SEDUC declarou total apoio à proposta. “A Seduc vai se organizar em relação às informações que foram dadas, temos muitos direcionamentos. Esse foi o primeiro encontro, o que não podemos mais é deixar a situação como está”.

Dia 22, às 18 hrs, Instituto Atitude Social na UFRA - CINE DIREITOS HUMANOS NA UFRA.

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Pará, presidida pelo Deputado Estadual Carlos Bordalo, retomou no dia 22/04/2019 o projeto Cine Direitos Humanos, uma ação educativa que visa promover o debate sobre direitos humanos, nos aspectos político, social, econômico, civil e cultural em diversos espaços, na capital e no interior do Estado. Na sessão realizada no dia 22, foi exibido o documentário “Trajetórias dos Direitos Humanos”, no Instituto Atitude Social, na UFRA, com entrada franca.

O projeto Cine Direitos Humanos tem como principal proposta a contribuição para a formação de uma nova mentalidade coletiva, estimulando o exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e da tolerância, por meio do apoio à consolidação da cultura e da educação em direitos humanos, utilizando a linguagem audiovisual para ampliar espaços de informação e debate sobre o tema.

O projeto também realizou oficinas de vivência teatral e atividades de formação para multiplicadores da ação.

Dia 25, às 9hrs, Auditório João Batista, da ALEPA - SESSÃO ESPECIAL SOBRE O DIA MUNDIAL DA CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO

Em alusão ao “Dia Mundial da Conscientização do Transtorno do Espectro Autista – TEA”, realizou-se Sessão Especial que debateu sobre direitos das pessoas



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

portadoras do TEA, bem como de seus familiares e responsáveis, nas diversas áreas da vida social como trabalho, saúde, educação e etc. Além disso, a Sessão Especial abordou a implantação no Estado da primeira Clínica Escola para autismo, em Belém. O projeto deve oferecer formação profissional nas áreas de educação, saúde e serviços públicos, assim como atendimento educacional especializado específico para autismo, com foco no modelo de residência pedagógica e presença de equipe multiprofissional e multidisciplinar, acolhimento, atendimento e formação à família do autista e suporte especializado nas áreas de assistência social, saúde e cultura.

A Sessão Especial, ladeada pelo autor da Sessão, o Deputado Bordalo, Presidente Da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, foi aberta oficialmente pelo deputado Dr. Daniel Santos, presidente da ALEPA. A mesa foi constituída também por Cristina Serra, da Associação de Pais e Amigos dos Autistas; Arthur Houat, Ouvidor Geral do Estado, que no momento representou o governador Helder Barbalho; Inocêncio Gasparin, da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER; Marcel do Nascimento, Reitor da Universidade Rural da Amazônia; Gilmar Pereira, vice-reitor da Universidade Federal do Pará e Clay Anderson Chagas, vice-reitor da Universidade Estadual do Pará.

Participaram da Sessão, ainda, os seguintes Deputados: Fábio Figueiras; Chicão, líder do governo; Paula Gomes; Michele Begot; Renilse Nicodemos; Dilyanda Faro; Victor Dias; Raimundo Santos. E os representantes: Valdir Macieira, procurador de justiça, pelo Ministério Público do Estado; Regina Barata, pela Defensoria Pública; a conselheira Mara Lucia Barbalho, pelo Tribunal de Contas do Estado; Iraci Tupinambá, da SESPA; Patrícia Castelo Branco, da SEPLAN; da SEDUC, Felipe Linhares; Naiara Barbalho, da ARCON; e Fádía Mauro, pela OAB.

PROPOSIÇÕES

O presidente da ALEPA, Deputado Dr. Daniel Santos, comprometeu-se em acertar uma audiência com o governador para que deputados e o GT possam apresentar a proposta.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

O Deputado Bordalo propôs a elaboração de uma emenda compartilhada entre os deputados para a operacionalização na ajuda e na efetivação da Escola Clínica. “Todos nós teremos que deixar registrada nossa digital no projeto”.

O Ouvidor Geral do Estado, Arthur Houat, falou da necessidade de implantação do projeto e explicou os passos do trabalho transversal das diversas esferas do governo estadual, que está sendo desenvolvido para viabilizar a execução e efetivação da Clínica Escola.

A professora Scheilla Abbud, da UEPA, apresentou os pilares da proposta de implantação da Clínica Escola para Autismo. “Terá como fundamento ser um modelo de política pública intersetorial, referência em atendimento especializado, em acolhimento humanizado e com informações sobre o transtorno”.

MAIO

Dia 8, às 15hrs, SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e membros da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, foram recebidos pela equipe da SEGUP, tendo a frente o Secretário de Segurança Pública, Ualame Machado. Na pauta, Ações de prevenção e combate aos conflitos agrários no Pará, além da atuação investigativa para identificar e punir os envolvidos.

Dia 13, às 9hrs, Auditório João Batista, da ALEPA - SESSÃO ESPECIAL SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

A sessão especial teve como objetivo que o Governo Estadual apresentasse o projeto Território pela Paz e as estratégias que estão sendo adotadas para enfrentar a violência e a insegurança no estado, debatendo assim a implantação do Projeto, bem como a contribuição desta Instituição diante da criação da força tarefa de segurança pública e defesa social no Estado do Pará.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor convidou para participar da sessão especial autoridades governamentais, representantes de instituições públicas, conselhos de segurança e sociedade civil.

Dia 21, Centro Comunitário do Conjunto Satélite - Cine Direitos Humanos

O projeto Cine Direitos Humanos, realizou vivência teatral no Centro Comunitário do conjunto Satélite, na Augusto Montenegro, no espaço da biblioteca Rio de Letras. Foram elaboradas duas cenas teatrais sobre a educação no Brasil, que foi apresentada no dia 22.05.2019 na escola, no mesmo dia também houve exibição do filme "Nunca me Sonharam", documentário que narra os desafios e os sonhos de estudantes do Ensino Médio das escolas públicas de nosso país.

Dia 29, VISITA A ANTIGA COLÔNIA DO PRATA/VILA DE SANTO ANTÔNIO DO PRATA

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor visitou a Vila de Santo Antônio do Prata, situada no município de Igarapé-Açu, o local foi criado em 1924 e abrigava pessoas com hanseníase, doença infecta contagiosa e que até hoje é motivo de preconceito e discriminação devido a falta de informação.



Imagem 01 - Visita a Vila Santo Antônio do Prata em Igarapé-Açu



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

A comitiva é decorrente da visita da relatora especial da ONU para a eliminação da discriminação contra pessoas afetadas pela hanseníase no Pará. As duas Comissões da ALEPA fizeram uma vistoria nos espaços e ouviram os antigos pacientes que ainda moram no local.

Dia 30, às 9hrs, Sala da Comissão de Fiscalização de Finanças e Orçamento - CFFO/ALEPA - REUNIÃO PARA TRATAR SOBRE A RESOLUÇÃO Nº. 10 DA CNDH COM MOVIMENTOS DE DIREITOS HUMANOS

Debateu sobre “soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas em situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos”.

JUNHO

Dia 03, às 9hrs, Auditório João Batista da ALEPA - AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Debateu-se sobre a “Proposta da Reforma da Previdência e os Impactos na Vida dos Trabalhadores e Trabalhadoras Paraenses”. A audiência foi uma iniciativa da Deputada Dilvanda Faro (PT), coordenada pelo Deputado Carlos Bordalo, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, contou ainda, na mesa e na ordem de falas, com a Deputada Marinor Brito (PSOL) e as exposições de Izabel dos Anjos, diretora da Fundação Perseu Abramo e de Antônio Catete, presidente do Sindicato do Fisco do Estado do Pará – SINDIFISCO/Pa.

Pela ordem, expuseram ainda os representantes das três centrais sindicais: Martinho Silva, Presidente da CUT/Pa; Kleber Rezende, diretor da Central de Trabalhadores do Brasil – CTB/Pa; e Beto Andrade, da INTERSINDICAL; e ainda de Ângela Lopes, presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Dessarte, a audiência buscou dialogar com a sociedade paraense sobre os impactos da proposta de reforma da previdência, entregue pelo presidente Jair Bolsonaro ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, em 20 de fevereiro deste ano, na vida dos trabalhadores paraenses, em especial na das mulheres.

PROPOSIÇÕES

Os oradores manifestaram suas preocupações com os principais aspectos que a reforma está trazendo, como:

- (i) a desconstitucionalização de direitos;
- (ii) aumento de idade mínima para homens e mulheres, trabalhadores urbanos e rurais;
- (iii) Regime de capitalização,
- (iv) E, desvinculação dos benefícios assistenciais como pensão por morte e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) do salário mínimo.

Foi relacionado ainda o grande prejuízo que a reforma trará às economias dos municípios brasileiros que terão perdas consideráveis com a diminuição dos repasses dos recursos oriundos da previdência social, já que em 71% dos municípios os recursos da previdência superam os valores do próprio Fundo de Participação dos Municípios –FPM.

A Deputada Dilvanda Faro afirmou que a seguridade social e os direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal de 1988 estão ameaçados com a reforma. “O fio condutor da proposta do governo é a completa desconstitucionalização dos dispositivos legais inerentes à seguridade social, com o objetivo de destruir a previdência pública”, avaliou, em seu pronunciamento. Para a deputada, a lógica é a de institucionalizar um regime de capitalização controlado por grandes instituições financeiras nos moldes do sistema implementado no Chile.

O auditor fiscal Antônio Catete, Presidente do Sindifisco/PA analisou que a reforma proposta vai atingir profundamente a economia do país. “Ela não é a solução do problema, os trabalhadores serão extremamente prejudicados, primeiro porque vão ter que trabalhar muito mais e ganhar muito menos”. Antônio Catete considera que a iniciativa do governo

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

vai na contramão da história. “Em 30 países em que se implantou esse tipo de reforma, 18 retornaram, recuaram, porque não deu certo”, acrescentou.

A diretora da Fundação Perseu Abramo, Izabel dos Anjos, destacou que a reforma, a despeito do discurso oficial do governo, não vai resolver a crise financeira. “Pelo contrário, a reforma, como está, aprofunda a crise ao aumentar a informalidade, aumenta a pobreza no Brasil”, considerou. Para ela, a previdência tem que destacar o seu papel distributivo. “O objetivo maior dela não é a geração de superávit ao governo, o objetivo é a garantia dos mínimos sociais da classe trabalhadora”, concluiu.

Dia 11, às 9hrs, Auditório João Batista da ALEPA - AUDIÊNCIA PÚBLICA ENTRE CDHDC E COMISSÃO DE SAÚDE SOBRE HANSENÍASE NO ESTADO DO PARÁ

A Comissão de Saúde e a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, presididas respectivamente pelos deputados estaduais Jaques Neves (PSC) e Carlos Bordalo (PT), realizaram, no dia 11/06, uma Audiência Pública para debater o problema da Hanseníase no Pará e o combate ao preconceito sofrido por pessoas atingidas pela doença.

O evento contou com a presença de representantes do Governo do Estado (SESPA E SEASTER), Ministério Público, Defensoria Pública, a Sociedade Brasileira de Hansenologia (SBH), Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) e demais entidades e pessoas interessadas pelo tema.



Imagem 02 - Audiência Pública entre CDHDC e Comissão de Saúde sobre hanseníase no Pará/ Foto: Acom Alepa



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

O presidente da Sociedade Brasileira de Hansenologia, Claudio Salgado, apresentou dados da pesquisa desenvolvida por ele no Pará. Segundo ele, não há uma política eficaz de controle da doença. Cerca de 40% dos novos casos são identificados por demanda espontânea, o que significa que as pessoas desconfiam que estão com a doença e procuram os serviços de saúde para receber o diagnóstico. Mas não há um trabalho de rastreamento. Apenas 6% dos exames de contato são realizados, ou seja, a verificação dos parentes próximos a esses doentes, que também tem chances de contágio.



Imagem 03 - Audiência Pública entre CDHDC e Comissão de Saúde sobre hanseníase no Pará/Foto: Ascom Alepa

Os dados, depoimentos e propostas colhidas durante a Audiência Pública foram levados pela Comissão de Saúde da ALEPA, por meio do presidente Dr. Jaques Neves, à presidência da ALEPA e também ao Governo do Estado, via Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA).

PROPOSIÇÕES

O coordenador do Movimento das Pessoas Atingidas pela Hanseníase no Pará, Edmilson Picanço, lembrou que o debate sobre a hanseníase não deve se limitar ao controle e prevenção de novos casos. É preciso também garantir a assistência aos doentes que ficaram com sequelas e à reparação social aos filhos de hansenianos que foram segregados pela política de Estado até a década de 50.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Edmilson Picanço também apresentou uma lista extensa de demandas e cobrou dos representantes do estado a solução de problemas como:

- (i) Reativação do serviço de curativos na URE Demétrio Medrado;**
- (ii) Aquisição de novos equipamentos laboratoriais para a URE Marcelo Cândia;**
- (iii) A implantação do projeto de cirurgias reparadoras aos ex-hansenianos com sequelas;**
- (iv) A descentralização do serviço de órtese e prótese;**
- (v) Garantias de segurança e transporte adaptado aos pacientes das colônias de Marituba e do Prata.**

Projeto de Lei: **Edmilson Picanço** também pediu apoio dos deputados ao projeto de lei de autoria da deputada Michele Begot que institui o pagamento de indenização por parte do Estado aos filhos de ex-hansenianos que foram separados dos pais quando nasceram.

Um dos encaminhamentos definidos na audiência pública é a retomada do Grupo de Trabalho sobre políticas públicas para o enfrentamento da hanseníase. A sugestão foi do **Deputado Carlos Bordalo** e acatada pelo **Deputado Jacques Neves**, de promover reuniões trimestrais desse grupo de trabalho para avaliar e traçar estratégias contra a hanseníase no Pará.

Dia 17, às 9hrs, Sala da Comissão de Fiscalização de Finanças e Orçamento da ALEPA - REUNIÃO COM LIDERANÇAS SOCIAIS E SEDUC SOBRE EDUCAÇÃO NO CAMPO

Considerando, que a agricultura responde por 40% da economia do estado, da qual grande parte provém da agricultura familiar, essa Comissão realizou uma Reunião Preparatória à Sessão com o objetivo de dialogar com os setores competentes relativos à Educação no Campo visando a implantação do nível médio nas escolas da área rural. A solicitação foi originada por essa parcela da sociedade civil, que busca uma educação com inserção de currículo aplicado à qualificação da produção familiar, tornando-se atrativo aos jovens e que evite a evasão dos mesmos, uma vez que, ao sair para estudar na cidade, não encontram motivação para retorno.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Dia 24, às 9hrs - REUNIÃO COM INSTITUIÇÕES PARA LEVANTAMENTO DE DADOS DA AGRICULTURA NO ESTADO DO PARÁ

Debateu-se sobre as estratégias do governo de ampliação e fortalecimento das políticas públicas no setor agrícola, na agricultura de produtos orgânicos e agricultura familiar. Considerando dados da ADEPARÁ, que a agricultura responde por 40% da economia do estado, a Comissão realizou uma Reunião Preparatória à Sessão que objetiva apurar dados dessas atividades, com ênfase na agricultura familiar e produção orgânica, tais como, mapeamento, dados de produção, distribuição da produção na rede escolar, geração de renda, etc.

Dia 27 e 28, manhã e tarde, Município de Concórdia do Pará, Escola Municipal Aloysio Chaves - CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS EM CONCÓRDIA DO PARÁ

A primeira edição o projeto ofertou uma série de **serviços gratuitos entre palestras, oficinas, assistência jurídica e emissão de documentos para a comunidade, foram realizadas 1368 ATENDIMENTOS**. Desse total 367 pessoas conseguiram emitir novos registros de identidade, expedido pelo Centro de Atendimento ao Cidadão da ALEPA, Defensoria Pública e Delegacia de Polícia Civil do Município. E para aquelas pessoas que não tinham foto 3x4, 64 fotografias foram tiradas.



Imagem 04 - Atendimento Caravana de Direitos Humanos em Concórdia do Pará/ Foto: Sarah Souza



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Foram feitos também 60 agendamentos para a emissão da carteira de trabalho, entregas de 30 títulos de eleitores, 70 CPFs e um total de 155 emissões de registros de casamento, nascimento e óbito.



Imagem 05 - Caravana de Direitos Humanos em Concórdia do Pará/Foto: Sarah Souza

A Caravana de Direitos Humanos contou com a parceria da **Prefeitura, Secretaria de Saúde e Câmara Municipal de Concórdia do Pará, Hemopa, Defensoria Pública do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER, Delegacia de Polícia Civil do Município, Instituto Federal do Pará-IFPA e ALEPA.**

JULHO

Dia 01, 09hrs, Sala VIP da ALEPA - REUNIÃO O GRUPO DE ARTICULAÇÃO AUDIOVISUAL DO ESTADO DO PARÁ E REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES ESTATAIS

A reunião visou debater o contexto, críticas, entraves e potencialidades do ramo audiovisual do Estado do Pará que estão disponíveis, por meio do governo, da sociedade e da iniciativa privada, porém que não se ver ser ativada e no plano administrativo e governamental com volume satisfatório. Assim, expôs-se pontos necessários para proceder, mudar, mirando que sejam abertos os espaços e as potencialidades para o trabalho sobre o tema audiovisual no Estado.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Participaram da reunião a SEPLAN, na representação estatal, grupos de articulação audiovisual como o Studio Inuminuras, Cine Club TF, o Sindicato de Técnicos na Indústria Cinematográfica, o curso de cinema da UFPA, na figura de Lorena Montenegro, assim como assessores de parlamentares membros desta comissão, como também do Senador da República Paulo Rocha.

PROPOSIÇÕES

Foi falado da necessidade de criação de cursos técnicos públicos para formação de profissionais técnicos que atuem no setor audiovisual no Estado, cobrando, assim, atuação do SEBRAE nessa formação de técnicos locais, não deixando essa demanda somente aos cursos de graduação.

-Falou-se da oportunidade de criar, por meio da SECULT, uma diretoria de audiovisual para trabalhar os projetos de desenvolvimento dessa indústria no Estado.

Geovana, representando a SEPLAN, informou que o governo está com escuta aberta para receber demandas para que assim se inclua no seu plano atual de governo as demandas que foram discutidas na reunião, e que sejam encaminhadas a ALEPA para emendas parlamentares que englobem o segmento.

Dia 04, 09hrs, ALEPA - REUNIÃO COM LIDERANÇAS DAS CENTRAIS SINDICAIS SOBRE DIREITOS TRABALHISTAS

O Deputado Bordalo, Presidente desta comissão, reuniu-se com representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT-PA), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Força Sindical e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), e apresentou a proposta da Sessão Especial de Políticas Públicas para o Desenvolvimento de Geração de Emprego e Renda no Estado, que se realizou no dia 11/07/2019, no auditório João Batista na Assembleia Legislativa do Estado do Pará.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Foi sugerido pelo Deputado que sindicatos e as centrais sindicais possam apresentar indicativos de investimentos e projetos que fomentem a geração de emprego e renda no estado aos representantes da Casal Civil, Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEME).

PROPOSIÇÕES

Para **Martinho Sousa, Secretário Geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT-PA)**, para além de construir estratégias de produção de mais empregos é necessário também inserir no debate a qualificação do trabalhador.

Everson Costa, técnico encarregado pela pesquisa no Dieese, destacou que as centrais sindicais têm tudo para contribuir com o plano estadual e disse que um dos eixos de propostas é a formalização do emprego com carteira de trabalho, mas pontuou um dos desafios que o estado terá que enfrentar. **“O estado tem um desafio enorme para mitigar, atenuar a massa de informalidade totalmente desprotegida e uma parte dessa massa está no campo, que produz muito, mas produz desorganizado e sem apoio”**.

Dia 10, 09hrs, Sala VIP da ALEPA - REUNIÃO COM MOVIMENTO AUDIOVISUAL E INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

Na segunda reunião de trabalho realizada no dia 10.07.2019 sobre produção do audiovisual e políticas públicas para o setor no estado, foi dado mais um passo no processo de construção do projeto de lei a ser apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

De proposição do Deputado Bordalo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, no encontro foram entregues aos presentes cópias da Lei de fomento e incentivo ao **audiovisual Nº15.307/2014** de Pernambuco. A sugestão é que, até o final de julho de 2019, a partir desse exemplo, e de outras leis estaduais, que serão base para estruturar o processo de elaboração do projeto de lei



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

sejam apresentados um conjunto de propostas e ponderações que dialoguem com a realidade regional e encaminhados aos Deputados Estaduais Bordalo, Igor Normando e a Deputada Marinor Brito para subscreverem o projeto e apresentarem na casa legislativa.

PROPOSIÇÕES

Para fortalecer a defesa do projeto a **Deputada Marinor Brito, Presidente Da Comissão De Cultura Da Casa Legislativa**, sugeriu ao Deputado Bordalo uma atividade conjunta para ampliar o debate com mais representantes da sociedade civil, parlamentares e outras instituições públicas do governo com objetivo de **“criar um processo de alinhamento político e assim ganhar força para que seja aprovado”**.

Indaiá Freire, produtora executiva de audiovisual, explica que uma política específica ao setor fortalece a produção cultural, incide tanto na afirmação e valorização da identidade, quanto no crescimento econômico do estado. A próxima reunião está agendada para o dia 9 de agosto de 2019. **Presentes à reunião assessores dos deputados Igor Normando, Bordalo e Marinor Brito e do Senador Paulo Rocha, produtores e coletivos culturais, representante da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan) e a diretora da TV Cultura (FUNTELPA), Vanessa Vasconcelos.**

Dia 11, 09hrs, Auditório João Batista da ALEPA - SESSÃO ESPECIAL SOBRE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

A sessão especial debruçou-se sobre os números do desemprego e em debater propostas para o desenvolvimento econômico e no estímulo a geração de emprego e renda no Pará, especialmente, entre jovens de 15 a 29 anos, considerando que estes, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, são os mais afetados pela deterioração do mercado de trabalho. A sessão foi coordenada pelo Deputado Carlos Bordalo, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor e autor do pedido de reunião.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Na Mesa dos trabalhos estavam ainda o Secretário Inocêncio Gasparin, de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER; Eugênia Pinon, Chefe de Gabinete da Casa Civil do Governo do Estado do Pará; Everson Costa, Diretor Estadual do DIEESE. Compuseram a mesa ainda sete representantes de Centrais Sindicais, com atuação e representação de sindicatos de trabalhadores públicos e privados de todo o Estado.

Após os pronunciamentos das representações sindicais foi entregue ao Deputado Bordalo e aos representantes do Governo do Pará um documento subscrito pelas Centrais Sindicais, a ser entregue ao Governador Helder Barbalho, demonstrando o interesse das lideranças de participar do esforço para implementação de políticas de desenvolvimento econômico e social do Estado, para a geração de emprego qualificado e com distribuição de renda. **"A primeira coisa é solicitar a Casa Civil do governo do Estado que institua uma mesa permanente com os trabalhadores, através de suas Centrais Sindicais, para que essa mesa possa contribuir com o desenho de uma proposta de projeto estadual de geração de emprego e renda"**, falou Bordalo.

Na mesa estiveram representando as Centrais Sindicais as seguintes lideranças: Euçiana Costa, pela Central Única dos Trabalhadores - CUT; Cleber Rezende, pela Central de Trabalhadores Brasileiros; Ivo Borges pela Força Sindical; Manoel Oliveira, pela União Geral dos Trabalhadores; Beto Andrade, da Inter Sindical; Ailton Cunha, da Com Lutas; e da Nova Central. E ainda, Gilmar Santos, do Sindicato dos Bancários; Ângela Lopes, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETAGRI; Alexandre Menezes, da CETARPA; e Indaiá Freire, representante do setor de Áudio Visual.

PROPOSIÇÕES

O Secretário Inocêncio Gasparin, da SEASTER, informou que o governador Helder Barbalho pretende apresentar de maneira formal no início de agosto um plano de geração de emprego e renda, preocupado que está com os números do desemprego no Pará.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

PROPOSIÇÕES

Falou ainda das iniciativas já tomadas e coordenadas pela sua secretaria do Programa Jovem Aprendiz, do Governo Federal, no qual as empresas no Pará devem mais de 10 mil vagas a jovens aprendizes colocados na faixa de 14 a 24 anos, com meio expediente.

Gasparim elencou ainda outras atividades econômicas que tem potencial e que hoje não tem apoio necessário do Estado, citando por exemplo, as pequenas mineradoras. **"Está sendo feito um estudo sobre a potencialidade da área de tecelagem. Somos 8 milhões de habitantes e, no geral, adquirimos as roupas de fora do Estado, e de outras atividades que o governo terá que apoiar"**, explicou.

Bordalo informou da realização, no início de agosto, de uma outra sessão especial que vai tratar sobre o potencial econômico da agricultura de base familiar. **"O setor quer apresentar ao governo do Pará um plano mais estruturado daquilo que consideram fundamental em termos de obras públicas, concertos de estradas, construções de pontes, de represas, daquilo que pode com baixos investimentos gerar uma dinâmica econômica no Estado para fazer frente a crise econômica no país, para que o Pará produza um ambiente de resistência e sobrevivência a situação nacional"**.

AGOSTO

Dia 01, 09hrs, Sala VIP da ALEPA - REUNIÃO COM SUSIPE E SEGUP SOBRE SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

A Comissão de Direitos Humanos E Defesa do Consumidor da ALEPA realizou reunião de trabalho, em conjunto com a Comissão de Segurança Pública da ALEPA (CSP), que objetivou iniciar as apurações do massacre que resultou na morte de 58 pessoas no Centro de Recuperação Regional de Altamira (CRRRA), localizado na região Xingu, sudoeste do Estado, ocorrido nas primeiras horas do dia 29 de Julho de 2019.

A reunião serviu ainda para a apresentação de um Relatório Preliminar produzido pela CDHDC sobre a atual realidade das unidades prisionais no Estado do Pará e propostas



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

para construção de políticas públicas, além de apresentar dados sobre o quantitativo da população carcerária nas unidades penais que se encontram superlotadas.

A reunião, que foi coordenada pelo Deputado Carlos Bordalo (PT), Presidente da CDHDC, contou ainda com as presenças dos Deputados Toni Cunha (PTB), Presidente da CSP; Caveira (PP); professora Nilse Pinheiro (PRB), Marinor Brito (PSOL) e Fábio Freitas (PRB). Durante a reunião se manifestaram ainda os representantes da Defensoria Pública do Estado, Vladimir Koenil; Juliana Fonteles, Presidente do Conselho Penitenciário do Estado; Kácia Matos, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH e Brás Melo, representando o Conselho Federal dos Direitos Humanos da OAB. Além destes, também estiveram presentes representantes do Sistema de Segurança Pública do Estado, o assessor da SEGUP, Luciano Oliveira, e o delegado Mac Dowell Fortes, Diretor de Assessoria de Segurança Institucional (Inteligência) da Superintendência do Sistema Penal – SUSIPE.



Imagem 06 - Reunião com Susipe e Segup sobre Sistema Penitenciário Pará

PROPOSIÇÕES

O deputado Bordalo apresentou um relatório preliminar sobre as mortes ocorridas em Altamira, caracterizando o fato como sendo em decorrência de uma briga territorial interna de facções criminosas. Das 58 mortes ocasionadas pelo conflito, 16 pessoas foram decapitadas e 42 morreram por asfixia, em decorrência do incêndio provocado.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

PROPOSIÇÕES

No Relatório Preliminar da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA foram listadas ainda as deficiências estruturais da política pública de segurança pública com reflexos no sistema carcerário paraense. Elas vão desde o acesso à justiça; as deficiências no processo de ressocialização de presos e egressos; e as deficiências materiais dos órgãos e instituições executivas responsáveis pela Segurança Pública.

Para o **Deputado Toni Cunha**, presidente da Comissão de Segurança Pública, a rebelião foi fruto da disputa territorial entre as facções criminosas existentes no sistema prisional. Considerou ainda outros fatores como a falta de estrutura dentro das cadeias, superlotação, ausência de agentes prisionais e o grande número de presos provisórios nos presídios. Representantes do Governo explanaram a respeito do ocorrido, passando detalhes dos serviços de acompanhamento que estão sendo feitos junto aos detentos e as providências tomadas sobre o ocorrido. Registraram como inverdade a notícia veiculada nacionalmente de que o Serviço de Inteligência do Governo detinha informações ou suspeitas de que pudesse ocorrer uma rebelião em Altamira.

Dia 05, 09hrs, Auditório João Batista da ALEPA - SESSÃO ESPECIAL SOBRE AGRICULTURA NO ESTADO DO PARÁ

De proposição do Deputado Bordalo (PT), presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, a Sessão especial teve como objetivo discutir sobre os desafios e potencialidades do setor agrícola no estado, debatendo estratégias governamentais de ampliação e fortalecimento das políticas públicas desse setor, da agricultura de produtos orgânicos e agricultura familiar.

Participaram da sessão o secretário, Inocêncio Gasparim, da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER); Carlos Ernesto, prefeito de Limoeiro do Ajuru; a deputada Marinor Brito (PSOL); Adriano Venturieri, Chefe geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Thiago Ferreira, ouvidor do Instituto de Terras do Pará (Iterpa); Cláudio Augusto, diretor da Empresa de Assistência



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Dia 05, 09hrs, Auditório João Batista da ALEPA - SESSÃO ESPECIAL SOBRE AGRICULTURA NO ESTADO DO PARÁ

De proposição do Deputado Bordalo (PT), presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, a Sessão especial teve como objetivo discutir sobre os desafios e potencialidades do setor agrícola no estado, debatendo estratégias governamentais de ampliação e fortalecimento das políticas públicas desse setor, da agricultura de produtos orgânicos e agricultura familiar.

Participaram da sessão o secretário, Inocêncio Gasparim, da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER); Carlos Ernesto, prefeito de Limoeiro do Ajuru; a deputada Marinor Brito (PSOL); Adriano Venturieri, Chefe geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Thiago Ferreira, ouvidor do Instituto de Terras do Pará (Iterpa); Cláudio Augusto, diretor da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater); Euciana da Costa, presidente da CUT; Marcelo Saves, representante da Federação dos Empregados e Empregadas Rurais do Estado do Pará (FETERPA); Ayla Ferreira, da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Carlos Augusto, diretor da Contag e Iuri Paulino, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

PROPOSIÇÕES

Um grupo composto por representantes dos movimentos sociais, instituições governamentais e pesquisadores irão sistematizar as propostas apresentadas durante a sessão especial da agricultura familiar realizada na segunda-feira (05/08/2019).

Devido ausência da Casa Civil do estado e também da SEDAP, convidados para esta sessão, o **Deputado Bordalo** solicitará uma audiência com o chefe da Casa Civil para dialogar e apresentar as propostas voltadas para a agricultura de base familiar, quase sempre invisibilizadas por outros segmentos da agricultura empresarial.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Dia 09, 09hrs, Sala VIP da ALEPA – REUNIÃO COM GRUPOS DE ARTICULAÇÃO AUDIOVISUAL NO PARÁ

Considerando os encaminhamentos gerados nas reuniões anteriores, realizada na ALEPA, entre órgãos estatais e o Grupo de Articulação Audiovisual do Estado do Pará, esta Comissão realizou reunião objetivando dar prosseguimento às discussões com vistas à elaboração e implementação do projeto de lei – posteriormente apresentado como **Projeto de Lei nº 417/19** - que cria a política pública da indústria do audiovisual no Estado do Pará.

Dia 14, 09hrs, Auditório João Batista da ALEPA- REUNIÃO COM FAMILIARES DE DETENTOS DO COMPLEXO DE SANTA IZABEL

Mulheres e parentes de detentos do Complexo de Santa Izabel estiveram em uma manifestação pacífica, na manhã do dia 14/08, no Palácio da Cabanagem (ALEPA) com aproximadamente 200 pessoas no auditório João Batista para pedir apoio ao Parlamento Estadual sobre as condições do Sistema Penitenciário.

Segundo o Deputado e Presidente desta Comissão dos Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, Carlos Bordalo, a pauta já estava sendo discutida pela Casa e no dia 21/08, deputados e governo irão se reunir no Parlamento para a questão em debate. " É muito significativa a vinda dessas mulheres, dos familiares dos detentos até a Assembleia Legislativa. Essas pessoas estão apreensivas devido à falta de informação dos familiares, há no sistema prisional um conjunto de medidas de caráter extremamente duro, existe uma dúvida nessas pessoas e não podemos aceitar isso. Ouvei da mulher de um detento que não podem levar roupa, alimento, remédio ao seu marido. Como esse homem está? São pessoas que devem cumprir suas penas, mas com dignidade e respeito. Falta transparência e nós vamos ajudar, estamos terminando o relatório final para apreciação de todo o Estado do Pará e na próxima semana, após Sessão Deliberativa, vamos receber o governo para uma reunião de trabalho, trataremos de todos os ângulos da questão penitenciária do Estado do Pará", pontuou.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

No último dia 12 de agosto, a Comissão dos Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA realizou uma diligência conjunta com a Comissão de Segurança Pública da Casa para averiguar o Sistema Penitenciário de Altamira, região sudoeste do Pará. A visita se deu em decorrência da morte de 52 detentos dentro da penitenciária. A Comissão dos Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Alepa está fazendo um relatório final para mostrar ao Governo do Estado como estão as condições do cárcere do Pará. Mas já tem em mãos que o Estado possui apenas 9.934 vagas para uma população carcerária de 20.026, sendo que 7.384 são presos provisórios. 40% de pessoas que esperam pela justiça.

Somente o presídio de Paragominas se destaca fora da realidade, e a Comissão fará uma visita também a esse sistema carcerário, no dia 19 deste mês.

Além do deputado Carlos Bordalo, participaram também os deputados Professora Nilse, Marinor Brito, Heloísa Guimarães, delegado Toni Cunha, Miro Sanova e Igor Normando.

Dia 21, 14hrs, Sala VIP da ALEPA - REUNIÃO DE TRABALHO PARA DISCUTIR AGENDA PROPOSITIVA PARA O SISTEMA PRISIONAL

Considerando que um grande grupo de familiares de custodiados do Sistema Penitenciário do Pará buscou o Plenário desta Casa Legislativa para oferecer denúncias de tortura nas Casa Penais.

Com isso, uma comissão de deputados recebeu as famílias em forma de audiência pública, onde foram gerados alguns encaminhamentos, entre eles, esta reunião com a Secretaria de Segurança Pública e com a SUSIPE para discutir agenda propositiva sobre o Sistema Prisional.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR



Imagem 07 - Apresentação do Relatório do Centro de Recuperação em Altamira

A reunião serviu também para os deputados Carlos Bordalo, Heloísa Guimarães e Marinor Brito, desta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, apresentarem o relatório final das mortes de custodiados no Centro de Recuperação em Altamira e sobre a crise do sistema prisional no Pará.

O relatório aponta proposições para enfrentar os problemas, identificados pelos integrantes da Comissão de Direitos Humanos, após visitarem o Centro de Recuperação Regional de Altamira, no Sudoeste do Pará, onde 58 presos foram mortos no confronto entre facções criminosas dentro da Casa penal. 16 detentos foram decapitados e 42 morreram asfixiados com fumaça após a prisão ser incendiada, no dia 29 de julho.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR



Imagem 08.- Apresentação do Relatório do Centro de Recuperação em Altamira/ Foto: Lilian Campelo

O referido documento apresentou recomendações ao Governo do Estado, sendo 11 medidas de urgência e 8 medidas de ressocialização e desencarceramento. "Nosso diagnóstico apontou uma situação caótica, nós temos gente presa demais, vagas de menos, temos instalações que atentam contra a dignidade humana e ao mesmo tempo casas penais que não ajudam a recuperar ninguém, são depósitos que ajudam a piorar qualquer pessoa que for posta nesses territórios conflagrados", avaliou o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, **Deputado Carlos Bordalo**.

Entre as recomendações, ele detalha: "Em primeiro lugar, humanizar o cárcere, quebrar qualquer privilégio entre os presos e fazer o estado cumprir seu dever, descrito na lei de execuções penais. Em segundo, implementar medidas efetivas que permitam ao preso estudar trabalhar e cuidar da própria sobrevivência, fazer com que o cárcere - para aqueles que tem que cumprir sua pena devido a ter falhado com a sociedade - seja feito com dignidade e possibilidade de recuperação, e entender que segurança pública não pode ter um outro horizonte senão se cuidar efetivamente de um novo sentido nos presídios brasileiros", enumera o parlamentar.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Para o Deputado Carlos Bordalo, essas medidas, junto com o controle estatal no sistema prisional, podem reduzir os índices de violência no Pará. "Isso já está provado, onde houve efetivo controle pelo estado nos presídios, teve impacto imediato na redução da criminalidade do lado de fora. É preciso cuidar dos dois espaços, nas cadeias e na comunidade", concluiu o parlamentar.

A reunião contou ainda, com a presença do Superintendente do Sistema Penal, Jarbas Vasconcelos, que ouviu as recomendações e concordou com o diagnóstico feito pela Comissão. **"O relatório é muito bem estruturado e fundamentado, aponta medidas que estamos de pleno acordo e estamos trabalhando e implementando nesse sentido. É o momento de defesa da autoridade do estado no sistema penal paraense", afirma. "Estamos adotando diversas medidas para podermos realmente ter esse controle do sistema prisional paraense, que ainda é o pior no Brasil".**

Representantes do Ministério Público, OAB e da Força Tarefa de Intervenção Penitenciária, do Governo Federal, participaram da reunião.

Relatório disponível no sítio eletrônico da ALEPA:

<https://alepa.pa.gov.br/relatorio-cdhdc.asp>.

Dia 22, 09hrs, Auditório João Batista da ALEPA - AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS

Para debater a ameaça de privatização, aconteceu no dia 22/08/2019, audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, conduzido pelo Deputado Carlos Bordalo, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

"Esta audiência é muito mais um posicionamento político de reação contra essa sanha entreguista e em defesa dos correios públicos, pelo bom serviço que a empresa vem prestando bem há mais de 300 anos no Brasil", explicou o parlamentar.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos está na lista das primeiras 9 estatais que seriam privatizadas ainda no ano de 2019. O anúncio foi feito na quarta-feira, dia 21/08, pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Além dos Correios, ABGF, Emgea, Serpro, Dataprev, Ceagesp, Codesp, Ceitec e Telebrás fazem parte do programa.

Para discutir sobre as consequências que a privatização dos Correios poderá acarretar para a sociedade a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) convidou instituições como o Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos do Estado do Pará (SINCORT/PA), a Associação dos Profissionais dos Correios do Pará e Amapá, a Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios, a Central Única dos Trabalhadores e o Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá.

PROPOSIÇÕES

Na audiência também foi lançada a campanha nacional em defesa dos Correios no Pará: Correios. Orgulho de um país inteiro. Nas redes sociais a campanha tem sido mobilizada com a hashtag **#TodosPelosCorreios**.

Para o Deputado Bordalo "O impacto disso será devastador, centenas de municípios ficarão sem o posto postal e bancário, muita gente recebe seus benefícios sociais pelos correios. O empresário não terá essa obrigação e nem o interesse em manter isso, vai penalizar quem precisa desses serviços públicos".

Já Waldemir Freire, da Associação de Administradores Postais dos Correios, entende, que é preciso mostrar que "os correios não precisam ser privatizados para funcionar bem, não é um obstáculo para o governo, e sim um instrumento de solução para inúmeras políticas públicas", avalia. "com a privatização, teremos as grandes cidades como Belém, Marabá e Santarém atendidas e os demais municípios não serão atendidos por um serviço privatizado".



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Dia 23, 09hrs, Sala VIP da ALEPA - REUNIÃO SOBRE SITUAÇÃO DAS CASAS RURAIS DO PROGRAMA ARCAFAR

A reunião de trabalho, convocada pelo deputado Carlos Bordalo (PT), presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, em parceria com a Associação das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará – ARCAFAR, o Fórum Paraense de Educação no Campo e a Comissão de Educação da OAB-PA, discutiu a o enfrentamento dos desafios da Associação das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará – ARCAFAR/PARÁ na educação no campo, bem como estratégias para sua manutenção e fortalecimento.

As Casas Familiares Rurais atuam na Rede de Educação no Campo, a partir dos princípios da Pedagogia da Alternância, que intercala um período de convivência em sala de aula com outro no campo para diminuir a evasão escolar em áreas rurais. No Pará de 40 Casas Familiares Rurais cerca de 24 estão em funcionamento, financiadas por recursos do FUNDEB a partir do Censo Escolar.

Na reunião estiveram presentes os seguintes representantes:

Pela SEDUC-PA, Célia Regina, da Coordenação de Educação do Campo e a presidente do Conselho Estadual de Educação, Maria Betânia Arroyo. Zanete Gusmão, pela UEPA; o Pro-Reitor de Extensão, Eduardo Valle, pela UFRA; e ainda Jeovânia Couto pelo Instituto Federal de Educação no Pará – IFPA. Pelo Fórum Paraense de Educação no Campo, Salomão Hage, professor da UFPA. O advogado Marcelo Costa representou a OAB-PA. A ARCAFAR esteve representada pelo presidente Luiz Paulo Portugal – que fez a apresentação inicial e ainda Edson Luiz Azevedo e Adenilson Martins.

Representando o Ministério Público Estadual, a procuradora Vera Tavares. E ainda representantes dos gabinetes do deputado estadual Dirceu Ten Caten (PT) e do Deputado Federal Airton Faleiro e ainda Luiz Marques pela empresa Natura.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

PROPOSIÇÕES

Ao final da reunião um conjunto de proposições foi acertado e cinco grupos de trabalho foram criados, coordenados pelas instituições presentes e que vão se debruçar sobre cinco temas principais:

01. Adequação das Casas Familiares Rurais – CFRs às políticas das Instituições Federais de Ensino Superior-IFES;

02. Programa de qualificação profissional do Magistério das CFRs e Pós-Graduação Latu Sensu;

03. Estabelecimento de convênio SEDUC e ARCAFAR para financiamento das CRFs, pendências financeiras e Gestão posterior;

04. Propostas pedagógicas para alunos do 6º ao 9º ano, médio campo e alunos fora da Educação de Jovens Adultos – EJA;

05. E sobre a Pós-Graduação em agroecologia no IFPA.

Dia 29, 09hrs, Sala VIP da ALEPA - REUNIÃO SOBRE O USO DE AGROTÓXICOS NO PARÁ

O deputado Carlos Bordalo (PT), presidente desta Comissão de Direitos Humanos da ALEPA, realizou, no dia 29/08, uma reunião de trabalho para discutir sobre o veto interposto, ainda pelo então governador Simão Jatene, ao projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade de indicação expressa sobre o Uso de Agrotóxicos nos Produtos Alimentares Comercializados no Estado do Pará.

O projeto foi aprovado por unanimidade de votos dos deputados no primeiro semestre e vetado em novembro de 2018 pelo executivo. A obrigatoriedade prevista no projeto vetado é para os produtos alimentares comercializados no Pará, no varejo, no atacado e na indústria, sendo dispensados os restaurantes e estabelecimentos similares.

Na indicação no rótulo, deverá constar a inscrição: "produzido com agrotóxico", para produtos processados parcialmente ou industrializados, nas caixas de acondicionamento ou exposição, para produtos comercializados na sua forma natural, no atacado, ou a granel.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Na reunião participaram representantes do Fórum Permanente de Debate sobre Agrotóxicos do Ministério Público e também do Comitê Estadual contra o uso de Agrotóxicos, que se mobiliza para frear o uso de veneno na agricultura paraense. Estiveram com representantes na reunião, o Ministério Público Estadual; a Universidade Federal do Pará, através da FADESP e do NUMA-Núcleo de Meio Ambiente; a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP; da Secretaria de Meio Ambiente - SEMAS; e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER.

PROPOSIÇÕES

O veto quando apreciado pelos deputados será votado em turno único e escrutínio secreto, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados. Caso o veto seja derrubado será remetido para promulgação do governador e no caso de não promulgação, em 48 horas poderá ser feito pelo presidente da Assembleia Legislativa e sucessivamente pelos vices presidentes na ordem de sua numeração. O Deputado Carlos Bordalo reforçou a importância da manutenção e regulamentação do projeto. É necessário que o consumidor tenha a opção de escolher na compra de produtos se quer ou não comprar um que contenha agrotóxico no seu processo de produção ou um livre de agrotóxico", argumentou, informando que existem legislações semelhantes em vigência nos Estados do Amazonas e da Paraíba.

Dia 30/31, manha e tarde, Colégio João Gomes, Município de Santa Luzia do Pará - CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS

No dia 30 e 31 de agosto de 2019 aconteceu a Caravana de Direitos Humanos, projeto idealizado pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, teve sua terceira edição no Município de Santa Luzia do Pará no Colégio João Gomes.

Foram mais de 400 atendimentos e 200 agendamentos ao público.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

O projeto reuniu uma série de ações gratuitas para comunidade. Dentre mostra de documentário, apresentação de capoeira com o grupo Fundação Arte Brasil Capoeira, música com o grupo Bambembe, emissão de documentos como: RG, carteira de trabalho, certidão de nascimento, e também atendimento jurídico.



Imagem 09 - Ações da Caravana de Direitos Humanos em Santa Luzia do Pará/ Foto: Sarah Souza

Esta edição foi realizada em parceria com o Banco de Direitos da Defensoria Pública do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Assistência Social Trabalho Emprego e Renda (SEASTER), Centro de Atendimento ao Cidadão da ALEPA, Rádio Curi, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santa Luzia, Prefeitura e Câmara Municipal de Santa Luzia do Pará representado pela vice-prefeita Lúcia Machado.

SETEMBRO

Dia 05, 09hrs, Auditório João Batista da ALEPA - PARTICIPAÇÃO NA SESSÃO ESPECIAL SOBRE O DIA DA AMAZÔNIA

A Sessão Especial em alusão ao Dia da Amazônia, comemorado no dia 5 de setembro, foi proposta pelo deputado Dirceu Ten Caten (PT). A Sessão reuniu representantes do Governo do Estado e de movimentos sociais ligados aos direitos das mulheres, dos povos tradicionais e de educação ambiental.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

A Sessão Especial teve como tema "Todos em Defesa da Amazônia" e foi aberta com uma apresentação teatral do projeto cultural Recicléia. A peça "Amazônia em Chamas" abordou a luta pela preservação da floresta e fatos atuais, como as denúncias do Dia do Fogo, com um enfoque lúdico. O projeto cultural se dedica a produzir materiais para educação ambiental destinados ao público infanto-juvenil.

Dia 09, 09hrs, Auditório João Batista da ALEPA - SESSÃO ESPECIAL SOBRE O PROJETO MÃOS DADAS DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MP/PA

O projeto '**Mãos Dadas, Visibilidade para Todos e Todas**', do Ministério Público do Estado do Pará foi apresentado, no dia 09/09/2019, em Sessão Especial convocada pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, presidida pelo Deputado Carlos Bordalo (PT).

O projeto foi idealizado pelo Ministério Público do Estado do Pará por meio da promotora Elaine Castelo Branco, da 3ª Vara da Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência e dos Idosos e de Acidentes de Trabalho da Capital. **"O objetivo é poder dar visibilidade, empoderar e propiciar condições de acesso das pessoas com deficiências às políticas públicas na área do esporte, educação, lazer e outras"**, explicou Castelo Branco, sobre o conteúdo do 'Mãos Dadas'.

Considerando que o projeto da Promotoria é dividido em 4 fases, onde as duas primeiras foram dispostas pelos temas "Elas por Elas, em Defesa da mulher com Deficiência" e "Elas por Eles, em Defesa dos seus filhos e filhas com deficiência", esta Comissão deu prosseguimento ao projeto, realizando a 3ª fase com a Sessão Especial sobre o tema "Eles por Eles em Defesa do Homem com Deficiência e de seus Filhos e Filhas com Deficiência". Nesta ocasião, visou dar visibilidade e debateu os meios de acesso às políticas públicas a pessoas com deficiência no estado do Pará.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Participaram da Sessão ainda: Leonardo Duarte, pelo Tribunal de Justiça do Estado – TJE-PA; Vanilza de Souza Malcher, pelo TRT-PA; Ari Cavalcante, Procurador do Estado, representando o Procurador Geral do Estado; e Arthur Houat, pela Ouvidoria Pública do Estado. Hanna Graça, Secretária de Estado de Planejamento - SEPLAN; Denize Correa, pela SEDUC; Carlos Roberto Garcia, pela Casa Civil do Governo do Estado; Verena Arruda, pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Renda - SEASTER; Maria Iraci Tupinambá, pela SESPA; Coronel Ednaldo Rabelo Lima, pelo Corpo de Bombeiros. Emanuel Ó de Almeida, presidente da APAE e Flávia Macedo, do Grupo Famílias Azuis. Pela UFRA, Eliza Sena Silva; e UEPA, Clóvis Maxwell.

PROPOSIÇÕES

Na Sessão Especial foram ouvidos diversos depoimentos de representantes de todos os segmentos de pessoas com deficiência, para que as demandas informadas sejam incluídas no documento que será entregue aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e ainda ao Ministério Público e ao Procurador Geral do Estado, no mês de dezembro próximo.

O 'Mãos Dadas' será desenvolvido por meio de rodas de conversas e seminários para reflexões de pais, gestores, professores e a sociedade de um modo em geral sobre as principais dificuldades encontradas e impostas pela sociedade às pessoas com deficiência", falou o Deputado Bordalo.

Uma carta, com o pedido de entrega ao governador Helder Barbalho, foi lida em plenário e entregue ao Deputado Carlos Bordalo pelo professor Eduardo Santos, contendo o pedido de contratação dos professores concursados constantes da lista de reserva do concurso C167/2012, para professor na modalidade educação especial. "Existem três decisões judiciais pelas nomeações dos cerca de 400 nomes aprovados e constantes do cadastro reserva", falou Alniceia Mendonça, professora do cadastro reserva. O concurso é do ano de 2012 e está sub judice. O atual governo entrou com um embargo de declaração pedindo informações da justiça a respeito da tramitação do processo.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Dia 12, 14hrs, Auditório João Batista da ALEPA - AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE QUEIMADAS NAS FLORESTAS DO ESTADO

Debateu-se o avanço do desmatamento ilegal no estado do Pará, suas causas, consequências e, especialmente, medidas urgentes para conter essa forte tendência de crescimento na taxa de devastação da Amazônia Legal.

Dia 27, 09hrs, Auditório João Batista da ALEPA - AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO

Na audiência pública debateu-se o fechamento de escolas do campo, foi organizada por esta Comissão de Direitos Humanos da ALEPA em parceria com a Comissão de Direito à Educação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PA) e do Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC).

A Lei nº12.960, de 27/03/2014 determina que a extinção de escolas em comunidades rurais, indígenas e quilombolas deve ser debatida com a população e necessita de um laudo de impacto social, elaborado pelos conselhos municipais ou estadual.

A audiência reuniu gestores de secretarias e integrantes de conselhos municipais e estadual de educação; promotores e defensores públicos, representantes de organizações governamentais e não governamentais, de movimentos sociais e sindicais, professores e estudantes das universidades e redes de ensino para fortalecer as ações de combate ao fechamento de escolas e pela construção de escolas no campo. A Deputada Marinor Brito também participou do evento.

Durante a Audiência Pública, representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST) fizeram uma manifestação em defesa da educação para todos no campo.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

PROPOSIÇÕES

Solicitou-se ao MPE e MPF que seja criado recomendações para instrumentalizar o monitoramento e fiscalização do cumprimento da lei no tocante à educação no campo, para que a sociedade civil possa cobrar dos governos aquilo que está disposto na legislação que trata sobre educação no campo, aquilo que foi e está sendo feito em prol da educação.

Citou-se ainda, a necessidade de criação uma Frente Estadual em Defesa da Educação Pública e de Qualidade no estado do Pará, para pressionar os municípios quanto ao cumprimento dos dispostos nas leis e planos de educação, com a fiscalização e legitimação dos MP's nesta atuação.

OUTUBRO

Dia 01, 09hrs, Sala VIP da ALEPA - REUNIÃO COM VEREADORES DE CONCÓRDIA DO PARÁ SOBRE A INSTALAÇÃO DE AGÊNCIA BANCÁRIA NO MUNICÍPIO

A Reunião teve como objetivo, além de debater a reativação da casa lotérica no município, promover um estudo de viabilidade para abertura de uma segunda lotérica em Concórdia do Pará, elaborado pela Caixa, sendo este um dos resultados obtidos durante reunião.

Estavam presentes o Deputado Bordalo, representantes da Caixa Econômica Federal, a Vice-prefeita, Elisângela Celestino e os vereadores da Câmara municipal, entre eles Marcos Amaral, proponente e mobilizador da proposta para instalação de agência bancária, pauta da reunião.

PROPOSIÇÕES

A Câmara Municipal, representada pelos vereadores **Marcos Amaral, Elias Santana, José de Queiroz, Antônio Lopes, Paulo Paiva, Valentim, Francisco Félix, Fábio Araújo e Junior Martins**, apresentará a proposta ao setor produtivo e comerciantes locais, em data e local ainda a ser definidos.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Para Bordalo, que preside a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, Concórdia do Pará apresenta condições econômicas para que seja instalado um estabelecimento bancário da Caixa. O município se destaca como um grande polo na região do vale do Acará por concentrar fluxo de cargas e pessoas; empresas e indústrias – com destaque ao plantio do dendê – trabalhadores assalariados rurais, do funcionalismo público e famílias atendidas por programas sociais.

- A Prefeitura, representada pela vice, Elisângela Celestino, irá elaborar um estudo de longo prazo expondo os motivos para justificar a necessidade de um estabelecimento da Caixa no município.

- E para atender de forma imediata a população de Concórdia do Pará, Bordalo enviará um ofício à Caixa e ao Banpará para que seja elaborado um estudo de viabilidade para que o banco do Estado possa ser agente financeiro da Caixa, visto que funciona uma agência do Banpará no município.

Dia 03, 09hrs, Sala VIP da ALEPA - REUNIÃO COM O MOVIMENTO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e de Defesa do Consumidor da ALEPA, Deputado Carlos Bordalo, coordenou no dia 03/10, na sala VIP, uma reunião de trabalho que tratou sobre a situação dos professores concursados constantes da lista de reserva do concurso C-167, na modalidade educação especial. No total são cerca de 400 professores que reivindicam nomeação pelo Governo do Pará.

O concurso é do ano de 2012 e está sub judice. Existem três decisões judiciais determinando as nomeações dos cerca de 400 nomes aprovados e constantes do cadastro reserva. O atual governo entrou com um embargo de declaração pedindo informações da justiça a respeito da tramitação do processo.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR



Imagem 10 - Reunião com o Movimento de Professores da Educação Especial/Foto: Ascom Alepa

A professora Naira Pina, secretária adjunta da SEDUC que esteve na reunião, explicou a situação no entendimento da SEDUC. **"Estamos sensíveis ao processo existente, estamos acolhendo todas as ações judiciais, no entanto estamos analisando para dar uma resposta dentro da legalidade, o que está previsto em lei"**, garantiu.

Dia 16, 09hrs, Sala VIP da ALEPA - REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO ESTADO

Reunião realizada em parceria com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar, com o Fórum Paraense de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável no estado do Pará e Fórum Paraense de Economia Solidária, onde debateu-se sobre Políticas Públicas de Segurança Alimentar no estado do Pará.

Dia 17, início 09hrs, Município São Domingos do Capim - CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS EM SÃO DOMINGOS DO CAPIM

A Caravana de Direitos Humanos é uma realização desta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, presidida pelo deputado Bordalo (PT), proporcionou a emissão de documentos da Carteira de Identidade, CPF e Carteira de Trabalho; expedição da gratuidade para segunda via de certidão de nascimento, casamento e óbito, além de atendimento jurídico (óbito tardio, divórcio, pensão alimentícia).



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

nascimento, casamento e óbito, além de atendimento jurídico (óbito tardio, divórcio, pensão alimentícia).

A realização do mutirão em São Domingos do Capim foi idealizada para atender às famílias que foram afetadas pela enchente do rio, ocorrido em março deste ano.

A Secretária de Assistência Social e vice-prefeita, Jany Martins, destacou “Essa ação é importante para o novo povo, que devido a enchente perderam seus documentos e nós já tínhamos uma demanda de pessoas que não tinham mesmo a documentação, temos a Casa do Cidadão, mas a demanda é grande. Então isso aqui já vai estar ajudando muita gente: jovens que precisam de documentação para conseguir emprego, famílias que precisam se cadastrar nos programas sociais; e eu aproveito para agradecer ao **Deputado Carlos Bordalo, a Assembleia Legislativa e toda a equipe que veio à caravana**”.

A caravana de Direitos Humanos contou o apoio e parceria da Defensoria Pública do Estado, Centro de Atendimento ao Cidadão da ALEPA, Secretária de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), Prefeitura de São Domingos, Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria de Assistência Social.

Contabilizou-se 200 Registros de Identidades emitidos, 100 de Carteira de Trabalho, 100 gratuidades para segunda via de certidão de nascimento, 17 de casamento e sete óbitos.

NOVEMBRO

Diligências da equipe técnica:

- PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA JUDICIAL DA FAZENDA FORTALEZA EM MARABÁ, em 07.11.2019.
- REUNIÃO COM A OUVIDORIA DA SEDUC, em 08.11.2019.
- PRECURSORA DE ATIVIDADES NO MUNICÍPIO DE BARCARENA. Em 20.11.2019.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

DEZEMBRO

Dia 02, 09hrs, Sala VIP da ALEPA - REUNIÃO PARA ENTREGA DE RELATÓRIO DO PROJETO DE MÃOS DADAS DO MP/PA AOS DEPUTADOS DA ALEPA



Imagem 11 - Deputado Bordalo recebendo Relatório do Projeto de Mãos Dadas do MP/PA/ Foto: Lilian Campelo

O Deputado Carlos Bordalo (PT), Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, recebeu no dia 02/12, das mãos da Promotora de Justiça Elaine Castelo Branco, do Ministério Público do Estado do Pará, o relatório do Projeto "De Mãos Dadas: Visibilidade para todos e todas". A entrega foi durante uma reunião do grupo de trabalho, formado em abril passado, para se debruçar sobre a problemática de pessoas com deficiência.



Imagem 12 - Deputado Bordalo recebendo Relatório do Projeto de Mãos Dadas do MP/PA



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

O projeto De Mãos Dadas foi desenvolvido para o estimular políticas públicas de inclusão de pessoas como os autistas, os cegos, os surdos, os portadores de síndrome de Down; de cadeirantes; os de baixa visão e audição; e os com deficiência física e mental.

O deputado Fábio Figueiras (PSB) e a deputada Ana Cunha (PSDB) estiveram presentes na reunião. Participaram ainda da reunião os assessores Rogério Custódio, do gabinete do deputado Chamonzinho (MDB), e Gabriel Modesto, do gabinete da deputada professora Nilse Pinheiro (Republicanos); Maria Mururé, da OAB-PA; Arlete Gonçalves, da UFPA; André Bastos, da APAS de Marituba. Roseane Costa (Reitoria) e Mônica Soares, do Instituto Federal do Pará de Castanhal. Do Grupo Família Azuis: Liane Souza e Regina Duarte. Do Grupo Laços Azuis: Lorena Sampaio e Edileia Chagas. Movimento Um Novo Jeito: Manoel Moraes e Francisco Oliveira. Movimento Ver com a Mente: Juliana Marques e Marina Moda. Cleide Teles, da ONG APAN. O encontro teve a participação da ativista Lorena Penha, do artista de HQs, Lucas Quaresma, e de sua mãe, Eliane Quaresma, e ainda Raphael Guimarães e Meive Piacés, assessores de gabinetes da ALEPA.

PROPOSIÇÕES

Ao final ficou o compromisso imediato de estudo para a reformulação do decreto que confere 5% de gratuidade de transporte intermunicipal a idosos, deficientes e policiais militares. "Os PMs se antecipam e os idosos e deficientes quase sempre não conseguem o benefício do decreto. É preciso haver separação", pediu Castelo Branco.

O documento entregue relata ainda todas as fases de sua elaboração que incluíram rodas de conversa. Na primeira fase 'ELAS POR ELAS', em defesa da mulher com deficiência. Na segunda fase, ELLAS POR ELES, em defesa de seus filhos com deficiência, dois LL, para simbolizar a força dupla da mulher. O 'ELES POR ELES', em defesa do homem com deficiência e de seus filhos com deficiência.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Dia 05, 09hrs, Auditório João Batista da ALEPA - PARTICIPAÇÃO NA SESSÃO ESPECIAL SOBRE O PROJETO HABITACIONAL PORTAL DA AMAZÔNIA



Imagem 13 - Carlos Marques - Assessor técnico, representando a CDHDC na Sessão Especial sobre o projeto Habitacional Portal da Amazônia/Foto: Lilian Campelo

Cento e cinquenta moradores da área do Portal da Amazônia afetados pelo projeto de urbanização implantado na região a partir de 2008, pela Prefeitura de Belém, participaram de Sessão Especial na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), no dia 05/12, atendendo solicitação do Deputado Dirceu Ten Caten.

Representando a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Alepa, o assessor técnico Carlos Marques, informou que vai propor uma reunião de trabalho com vários órgãos para discutir o problema.

“A Comissão de Direitos Humanos pretende fortalecer o debate e vai convidar Ministério Público, Defensoria Pública, prefeitura e representantes do movimento ainda este mês para discutir alternativas”, disse.

“Dia 09, 15hrs, Plenário Newton Miranda da ALEPA - SOLENIDADE DE OUTORGADA



Imagem 14 - Entrega da Medalha Paulo Frota aos grupos que lutam em defesa dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)/ Foto: Sarah Souza



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará condecorou com a medalha de Direitos Humanos **“Paulo Frota”**, no dia 09/12, 59 representantes que atuam na defesa e promoção dos direitos humanos. **São personalidades, instituições e entidades não governamentais, e este ano o segmento social de destaque foram os grupos e associações que lutam pela defesa dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).**



Imagem 15 - Entrega da Medalha Paulo Frota aos grupos que lutam em defesa dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)/ Foto: Sarah Souza

O proponente da sessão e presidente da CDHCD-ALEPA, Deputado Carlos Bordalo (PT-PA), fez a abertura da cerimônia e em seu pronunciamento explicou que todos os anos a um segmento é dada maior relevância. **No ano de 2019 cerca de 20 representações que promovem o debate sobre inclusão, promoção e visibilidade sobre os direitos de pessoas com deficiência, especificamente sobre autismo, foram agraciadas com comenda Paulo Frota.**

Dia 13 e 14/12/2019, início às 09hrs, Sindicato dos Trabalhadores e da Trabalhadoras Rurais de Mãe do Rio - CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS NO MUNICÍPIO DE MÃE DO RIO

A quarta edição, no ano de 2019, da Caravana de Direitos Humanos ocorreu nos dias 13 e 14 de dezembro, em Mãe do Rio, no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

O evento foi realizado por esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), presidida pelo



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

deputado Bordalo (PT-PA). Na quarta edição o projeto ofertou uma série de serviços gratuitos entre assistência jurídica e emissão de documentos para a comunidade, foram **realizados 498 atendimentos**.



Imagem 16 - Caravana de Direitos Humanos em Mãe do Rio/Foto: Lilian Campelo

- ▶ A realização da Caravana veio a pedido da vereadora Izadilva Castro e o ex-prefeito, contando com a parceria da Defensoria Pública, Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER) e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mãe do Rio. A caravana ainda contou com a presença das mulheres do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MNEPA).



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARÁ**

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

2020



**COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E DEFESA DO
CONSUMIDOR - ALEPA**



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

3. DOS TRABALHOS NO ANO DE 2020

3.1. MEMBROS

TITULARES:

- Deputado Carlos Bordalo – Presidente,
- Deputada Professora Nilse – Vice-Presidente
- Deputado Igor Normando
- Deputada Marinor Brito
- Deputada Diana Belo
- Deputado Dr. Wanderlan
- Deputada Ana Cunha

SUPLENTES

- Deputado Thiago Araújo
- Deputado Dirceu Ten Caten
- Deputado Ozório Juvenil
- Deputado Orlando Lobato
- Deputado Dr. Jaques Neves
- Deputado Chamonzinho
- Deputado Victor Dias

3.2. SERVIDORES DA CDHDC/ELABORADORES DO RELATÓRIO

- Filippe Burlamaqui Bastos - **Secretário;**
- Priscila Herondina Reis de Souza - **Assistente Técnico Legislativo;**
- Carlos Alberto Marques - **Equipe técnica;**
- Édila Rose Barata Lima - **Equipe técnica;**
- Antonio Sávio de Lima - **Equipe técnica;**
- Shirle Meira de Miranda - **Equipe técnica;**
- João Gabriel Pombo Marques Alves, Janaina Rodrigues Altenhofen, Danilo Lucas do Carmo Pinto, e Laura Gabrielle Leite Alves- **Estagiários.**

3.3. COLABORADORES

- Maurílio Henrique Brandão Soares
- Angelina Nazaré dos Anjos Brandão
- Marcos Roberto Santos Silva

3.4. REVISÃO E EDIÇÃO

- Priscila Herondina Reis de Souza

3.5. DIAGRAMAÇÃO

- Sarah Souza



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

3.6. Apresentação do ano de 2020

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA esteve diante de grandes desafios durante o ano de 2020, entre os meses de fevereiro até o final de março, desenvolvemos ações importantes no sentido de instituir uma frente de trabalho com a participação do Conselho Nacional de Direitos Humanos, do Ministério Público Estadual e do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, que objetivou uma parceria para a construção de uma Resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos que tratava especificamente sobre uma agenda de “Proteção Contra Deslocamentos Compulsórios”, como consequência do processo de instalação de grandes projetos de infraestrutura, mineração ou agronegócio no Estado do Pará.

- Esta parceria planejou e executou a realização de 5 (cinco) seminários nos municípios de Altamira, Santarém, Abaetetuba, Barcarena e Marabá, com o objetivo de dialogar com as populações atingidas os impactos causados por estas remoções do ponto de vista social, econômico e ambiental.

Porém a partir do final de março, fomos surpreendidos com um processo de contaminação em massa causado pelo vírus da COVID 19, pandemia em escala mundial, que vitimou mais de 191 mil pessoas em todo o país, sendo no Estado do Pará mais de 7 mil mortos, apenas no ano de 2020, o que fez com que o poder legislativo em função das medidas de segurança sanitárias, repensasse seu planejamento e buscasse outras formas de diálogo com os movimentos sociais organizados e a população em geral.

A escala e gravidade da pandemia do COVID-19 alcançou um nível de uma ameaça à saúde pública que poderia justificar restrições a certos direitos, exemplo do isolamento e limitação a livre circulação, atento a isso, principalmente em atenção aos direitos humanos, a CDHDC atuou fortemente no diálogo com os diversos movimentos sociais do Estado, com o objetivo de propor políticas públicas no sentido de coibir violações de direitos humanos agravadas pela COVID-19, para tanto realizou e intermediou diversas reuniões de trabalho de forma remota com a participação de



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

organizações da sociedade civil e dos poderes públicos com o objetivo de encontrar alternativas e soluções para o enfrentamento deste grave problema que assola milhares de famílias.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

3.7. Calendário anual 2020:

JANEIRO

Organização interna, planejamento, levantamento dos casos e demandas atendidas no ano de 2019.

Dia 21, Ministério Público do Estado do Pará - Frente de trabalho aos direitos de populações atingidas por deslocamentos compulsórios é instituída

Agenda para fortalecer a proteção de direitos das populações atingidas por deslocamentos compulsórios marcou a reunião entre Ministério Público do Pará (MPPA), Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Pará (CDHDC-ALEPA), Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces).

PROPOSIÇÕES

O objetivo foi apresentar e convidar o MPPA para ser parceiro na frente de trabalho Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios, que se realizará com rodadas de seminários sobre reparação integral de danos e normativas para proteção de direitos de populações deslocadas por grandes projetos na Amazônia em cinco municípios nos meses de fevereiro e março, sendo o primeiro em Altamira (12/02), seguindo em Santarém (14/02); em março serão realizadas em Marabá (04/03), Barcarena (06/03) e Belém (24/03).

Estavam presentes a promotora de Justiça Leane Souza de Mello, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ), Eneida Guimarães, da União Brasileira de Mulheres, representante do CNDH, Filippe Bastos, assessor da CDHDC-ALEPA e representou o presidente da Comissão, deputado Bordalo; Samir Almeida, Kena Chaves e Juliana Gomes, membros da equipe do programa de desenvolvimento local do FGVces. A iniciativa de parceria entre a Comissão de Direitos Humanos da ALEPA e Fundação Getúlio Vargas se deu a partir da pauta de defesa aos direitos de pessoas atingidas por barragens, visto que tramita no parlamento um Projeto de Indicação do deputado Bordalo que cria a política estadual e visa garantir direitos e condições dignas de vida a essas populações



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

A FGVces realiza estudos na Amazônia desde 2016 e um dos resultados é a publicação do livro *Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes*, que tem como objetivo organizar e apresentar recomendações e aprendizados obtidos durante a pesquisa, para que no âmbito das políticas públicas, seja poder público, empresas e grupos envolvidos com a temática, novas relações para evitar as profundas transformações sociais de conflitos e violações de direitos humanos causados por grande obras.

FEVEREIRO

Dia 12, início às 13:30hrs, Auditório da Funai, Travessa Pedro Lemos, 110, Altamira - SEMINÁRIO DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO - ALTAMIRA e Dia 14, início às 14hrs, MPPA - Avenida Mendonça Furtado, 3991, Santarém - SEMINÁRIO DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO - SANTARÉM

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA integra a frente de trabalho para discussão de estratégias de proteção de direitos em casos de deslocamentos compulsórios, que conta também com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Ministério Público (MPPA) e Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces).

Esta parceria, que realizou a implantação do Plano de Trabalho 2020 da frente de trabalho para “Proteção Contra Deslocamentos Compulsórios”, objetiva a Construção de uma Resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos específica sobre deslocamentos forçados e demanda a realização de 5 (cinco) seminários para fortalecimento da agenda no estado do Pará a serem realizados em 2020.

Deslocamentos compulsórios estão entre as consequências do processo de instalação de grandes projetos, sejam eles de infraestrutura, mineração ou agronegócio.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

As populações atingidas, removidas ou não de suas casas, enfrentam um conjunto de impactos sociais, econômicos e ambientais que colocam em risco a manutenção de seus modos de vida. Em Altamira a instalação da hidrelétrica de Belo Monte acarretou diversos problemas sociais, além dos deslocamentos, aumento da violência, escassez de serviços públicos, relocação urbana desorganizado, inadequado e pouco transparente, entre outras problemáticas.

Para debater o tema o deputado Carlos Bordalo, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor (CDHDC-ALEPA), participou dos seminários que aconteceram nos Municípios de Altamira e Santarém, que tratam sobre reparação integral de danos e normativas para proteção de direitos de populações deslocadas por grandes projetos na Amazônia Paraense.

Dia 19 e 20, início às 9hrs, DILIGÊNCIA ABAETETUBA E BARCARENA

As reuniões ocorreram, no intuito de verificar a situação e se as recomendações da CPI de Danos Ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio Pará foram cumpridas pela empresa Hydro Alunorte em Barcarena, órgãos e instituições públicas, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (CDHDC-Alepa) esteve em diligência nos dias 19 e 20, respectivamente, na comunidade de Pirocaba, em Abaetetuba, e na ilha Trambioca, situada em Barcarena. Além de ouvir os moradores do entorno das comunidades de Pirocaba e da Ilha de Trambioca, os deputados membros da CDHDC se reunirão também com os movimentos sociais.

Lembrando que no dia 17 de fevereiro de 2018 famílias das comunidades que moram no entorno da bacia de depósitos de resíduos sólidos da refinaria Hydro Alunorte denunciaram o transbordamento de rejeitos químicos de lama vermelha. Após inquéritos, investigações e laudos técnicos tanto do Instituto Evandro Chagas (IEC) e Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) verificou-se que houve contaminação de metais pesados no meio ambiente. No dia 17 de fevereiro de 2018 famílias das comunidades que moram no entorno da bacia de depósitos de resíduos sólidos da

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

refinaria Hydro Alunorte denunciaram o transbordamento de rejeitos químicos de lama vermelha. Após inquéritos, investigações e laudos técnicos tanto do Instituto Evandro Chagas (IEC) e Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) verificou-se que houve contaminação de metais pesados no meio ambiente.

Na ilha de Pirocaba foi realizado a reunião com o objetivo de avaliar a situação dessas comunidades após episódios de supostos transbordamentos e vazamentos de rejeitos de empresas mineradoras nessa região. Estavam Presentes deputado estadual Carlos Bordalo, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, deputado estadual Jaques Neves, presidente da Comissão de Saúde da Alepa, Rodrigo, assessor da deputada estadual Marinor, Dr. Marcelo Lima, pesquisador do Instituto Evandro Chagas, Professor Dr. José Eduardo Martinelli Filho, pesquisador da UFPA, os quais compuseram a mesa, e presentes também estavam os representantes das comunidades ribeirinhas: Pirocaba, Xingu, Igarapé São José, Rio Assacu, Rio Caripetuba, Capim, Rio Tauerazinho, Igarapé Vilar, Rio Guajará de Beja e São Pedro.

A segunda reunião realizada como parte da diligência da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor em parceria com a Comissão de Saúde da ALEPA, com lideranças de movimentos sociais da cidade de Abaetetuba, no salão paroquial da Paróquia da Ilhas, iniciou às 16:30, com a presença do deputado Carlos Bordalo, deputado Jaques Neves, Pedro Paulo, do gabinete do deputado Galileu, Rodrigo Leitão, do gabinete da deputada Marinor Brito, Marcelo Lima, do Instituto Evandro Chagas, Professor José Martinelli, do Laboratório de Análises Químicas da Amazônia-UFPA e as lideranças: do Conselho Tutelar Rural, Cáritas Paroquial, Cáritas Diocesana, Comunidade do Capim, Movimento dos Atingidos por Barragem, Semeia, Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba, Associação do Assentamento Agroextrativista PAC Santa Maria da Ilha de Sirituba, ASAPAP – Ilha de Pirocaba, Movimento Cultural Regional Cachaçaí, Secretaria Municipal de Assistência de Abaetetuba e Emater-Pa.

A diligência no município de Barcarena, foi uma continuação dos trabalhos iniciados no dia anterior, com o objetivo de ouvir as comunidades das ilhas de Barcarena



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

que foram atingidas pelos danos ambientais ocasionados pelo possível transbordamento de rejeitos na Bacia do Rio Pará por empresas mineradoras daquela região. Essa diligência é produto de recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou tal situação.

MARÇO

Dia 04, início às 13hrs, Câmara Municipal de Marabá - SEMINÁRIO DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO - MARABÁ

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor integra a frente de trabalho para discussão de estratégias de proteção de direitos em casos de deslocamentos compulsórios, que conta também com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Ministério Público (MPPA) e Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces).

Esta parceria, que realizou a implantação do Plano de Trabalho 2020 da frente de trabalho para “Proteção Contra Deslocamentos Compulsórios”, objetiva a Construção de uma Resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos específica sobre deslocamentos forçados e demanda a realização de 5 (cinco) seminários para fortalecimento da agenda no estado do Pará a serem realizados em 2020.

O principal público do seminário foram as próprias comunidades atingidas pelo deslocamento compulsório, como agricultores familiares, povos indígenas e ribeirinhos. Além disso, o poder público, classe empresarial e organizações da sociedade civil também foram convidadas a comparecer ao seminário para se inteirar acerca do assunto.

A programação iniciou às 14h, com mesa de abertura composta pelo CNDH, Comissão de DH da ALEPA, FGVces e MPPA. Após isso, os debates foram conduzidos pela Prof^a. Dulce Maria Pereira (UFOP), Joarez Nascimento (MAB), Eneida Guimarães (CNDH), Jerônimo Silva (UNIFESSPA) e Ayla Ferreira (MST).

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Dia 06, início às 9hrs, Sala VIP da ALEPA - REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE COTAS RACIAIS NO ESTADO DO PARÁ

O deputado Carlos Bordalo, presidente desta Comissão de Direitos Humanos, coordenou no dia 06 de março de 2020 (sexta), na Sala VIP da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, uma reunião de trabalho para debater a apresentação de projetos de lei que garantam a reserva aos negros de vagas oferecidas nos concursos públicos e empregos públicos na administração pública direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes do Estado.



Imagem 17 - Reunião de trabalho sobre Cotas Raciais no Pará/ Foto: Ascom Alepa

A reunião de trabalho se deu em razão da provocação do Ministério Público do Estado Pará, para esta comissão, em relação ao protocolo N° 50500/2019, que trata de petição de providências formulada pelo Centro de Estudo e Defesa do Negro Pará – CEDENPA, pleiteando providências para implantação de políticas públicas em defesa deste segmento da população no estado do Pará.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR



Imagem 18 - Zélia Amador, pesquisadora e ativista no movimento negro no Pará/ Foto: Bruno Cecim / Ag.Pará

- Participaram da discussão vários líderes de organizações do movimento negro no Estado do Pará, a representação dos gabinetes dos deputados Igor Normando (POD) e Jaques Neves (PSC) e a Promotora Maria da Penha Buchacra, 4.^a Promotora de Justiça dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos – responsável pela realização do encontro, devido ao aumento nas demandas de cidadãos em sua Vara, exigindo o cumprimento de garantias de direitos devido a sua cor, uma vez que no Estado do Pará não existe lei estadual garantindo ou regulamentando as cotas raciais para o ingresso no serviço público em todas as esferas do Poder.

Dia 06, início às 9hrs, Auditório da Escola Municipal E F Maria Cecília Vasconcelos - SEMINÁRIO DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO - BARCARENA

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor integra a frente de trabalho para discussão de estratégias de proteção de direitos em casos de deslocamentos compulsórios, que conta também com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Ministério Público (MPPA) e Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces).

Esta parceria, que realizou a implantação do Plano de Trabalho 2020 da frente de trabalho para “Proteção Contra Deslocamentos Compulsórios”, objetiva a Construção de uma Resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos específica sobre



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

sobre deslocamentos forçados e demanda a realização de 5 (cinco) seminários para fortalecimento da agenda no estado do Pará a serem realizados em 2020.

A CDHDC-ALEPA participou, na figura do seu secretário Filippe Burlamaqui Bastos, da deste encontro em Barcarena, compondo a mesa de abertura juntamente com o CNDH, FGVces e MPPA. Após isso, os debates foram conduzidos pela Prof^a. Dulce Maria Pereira (UFOP), Robert Rodrigues (MAB), Eneida Guimarães (CNDH) e integrantes de comunidades atingidas pelo deslocamento compulsório como Luiz Rodrigues (Cainquiama) e Leonardo Furtado (Liderança comunitária em Arrozal).

ABRIL

- ▶ **Em decorrência do isolamento social e obrigatório a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, ainda no mês de março, passou a realizar atendimento e reuniões virtual, se realinhando a realidade proposta no momento pandêmico.**

COMUNICADO
Comissão de Direitos Humanos e
Defesa do Consumidor - Alepa

Seguindo as medidas para conter o avanço do Coronavírus (Covid-19), o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Alepa, deputado Bordalo, informa que os atendimentos na Comissão serão realizados por meio telefônico, via WhatsApp pelo número:

 **91 98895-2619**

Assim que a crise pelo Covid-19 for estabelecida a Comissão voltará com o atendimento normalizado.



Imagem 19 - Comunicado de atendimento e reuniões virtual da CDHDC



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

MAIO

Dia 25, início às 09hrs, MODALIDADE VIRTUAL - REUNIÃO DE TRABALHO VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DE EMPREGADOS E ASSALARIADOS RURAIS SUJEITOS A CONTAMINAÇÃO POR COVID-19.

A reunião de Trabalho debateu acerca da questão das Violações de direitos humanos de empregados e assalariados rurais sujeitos a contaminação por COVID-19. Foi exposto durante a reunião a situação do assalariamento rural nas regiões de Moju, Mãe do Rio, São Félix do Xingú, Araguaia, Tailândia, entre outros, abordando a relação do trabalhador rural com as empresas do setor e as medidas adotadas ou não adotadas por essas empresas para a segurança dos seus trabalhadores no cenário de contaminação pela COVID-19. Além disso, também foi discutido a situação dos acordos e convenções coletivas neste novo cenário e mediante o surgimento da Medida Provisória 936 e sua falta de previsão da representação sindical.

Participaram da reunião diversas entidades, como FETAGRI, FETERPA, SINDTER, CUT, Deputada Professora Nilse, vice-presidenta da CDHDC e Procuradora Especial da Mulher da ALEPA, Dr. Allan de Miranda Bruno, Procurador do Trabalho lotado no 8º Ofício da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região.

Dia 28, início às 09hrs, MODALIDADE VIRTUAL - REUNIÃO DE TRABALHO: ACESSO AO FUNDO ESPERANÇA DO GOVERNO DO ESTADO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

A reunião virtual, presidida pelo deputado Bordalo, foi verificada a possibilidade dos agricultores familiares pleitearem o crédito do Fundo Esperança. Esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (CDHeDC-Alepa) reuniu lideranças de movimentos populares do campo, entidades representativas de trabalhadores e trabalhadoras rurais e instituições do Governo do Estado.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR



Imagem 20 - Reunião virtual sobre acesso ao fundo esperança do Governo do Estado para a agricultura familiar

O apoio emergencial de concessão de empréstimos é concedido às pessoas físicas e jurídicas, integrantes da economia criativa, microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte, ou cooperativas de trabalho. O Fundo é administrado pela SEDEME e disponibilizado pelo Banco do Estado do Pará (Banpará). A análise dos cadastros e informações é de responsabilidade do Serviço de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (Sebrae).

De acordo com representantes do Banpará, presentes na reunião, a partir do dia primeiro de junho haverá uma reabertura de inscrição do Fundo Esperança, e os trabalhadores rurais poderão se cadastrar. O recurso para esta fase de inscrição corresponde ao valor de R\$ 80 milhões, que não foram sacados e que restaram dentro do montante de R\$ 200 milhões.

Participaram da reunião de trabalho o deputado Carlos Bórdalo, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA; a vice-presidente da CDHeDC-ALEPA, deputada Professora Nilse Pinheiro, e a deputada Marinor Brito, membro titular da Comissão; Carlos Ledo, Secretário Adjunto na Sedeme, Gustavo Monteiro, procurador-chefe de Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo; do Banpará participaram a Superintendente de Desenvolvimento Econômico e Social, Cindy Ornela, e o Diretor Comercial e de Fomento, Jorge Antunes; Raimundo Nonato Filho e Giselda Coelho, ambos da Coordenação Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-PA), Iury Paulino, da Coordenação Nacional do



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (Fetagri), Ângela de Jesus, e João de Deus, também da Fetagri da região da Transamazônica e Xingu, Carlos Augusto Santos Silva (Guto), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Mateus Moisés, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e Ledenilson Silva, do Movimento Camponês Popular (MCP).

Dia 29, início às 09hrs, MODALIDADE VIRTUAL - REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DE POPULAÇÕES RIBEIRINHAS SEM ACESSO A SANEAMENTO BÁSICO DA ILHA DO MARAJÓ

Nesta reunião de trabalho virtual, ocorrida no dia 29/05/2020, através do aplicativo Zoom, foi debatido a questão da falta de saneamento básico pelas populações ribeirinhas da ilha do Marajó, haja vista essa falta de estrutura sanitária na Ilha é geradora de recorrente preocupação no Estado do Pará.

Como disse Camila Castro, durante sua fala na reunião, “falar de saneamento, também é falar de saúde”, nesse sentido e a partir do cenário de pandemia vivido, onde as questões vinculadas a garantia de saúde pública ganharam o status ainda maior de emergência, a reunião se fez ainda mais necessária por trazer luz sobre a questão do saneamento básico na ilha do Marajó, onde a falta de garantia a este direito humano básico, além dos malefícios já conhecidos, ainda pode acelerar o processo de contaminação via transmissão fecal e oral do Sars-Cov-2 que causa a Covid-19.

Participaram da reunião de trabalho o deputado Carlos Bordalo, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA; Carlos Marques, Édila Lima e Rosane Teles, assessores da CDHDC/ALEPA; Camila Castro, secretária geral e de mulheres da Fetagri Marajó; Professor Carlos Augusto; Ivanilde, Cáritas Marajó; Vânia Neu, professora da UFRA e José Gonçalves, representante da FETAGRI e por áudio, Nilson Correa, da Comunidade São Ezequiel Moreno, de Portel.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

JUNHO

Dia 17, MODALIDADE VIRTUAL - FRENTE DE TRABALHO PROTEÇÃO DE DIREITOS EM DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, participou de webinar realizado pela Frente de Trabalho Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios, que abordou os desafios enfrentados por territórios e comunidades atingidas por processos de deslocamentos compulsórios no combate ao corona vírus, assim como esforços em curso para proteção do direito à permanência em tempos de crise sanitária.

Convidados: Edizângela Barros - Movimento dos Atingidos por Barragens Altamira, Filippe Bastos - Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (CDHDC-ALEPA), Gracivane Rodrigues - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém e Eneida Guimarães - Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

Dia 29, início às 09hrs, MODALIDADE VIRTUAL - REUNIÃO DE TRABALHO PARA AVALIAR AS DENÚNCIAS OFERECIDAS POR TRABALHADORAS (ES) RURAIS DO MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS SOBRE DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA PRATICADA POR EMPRESA DE SEGURANÇA DA EMPRESA VALE.

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA obteve conhecimento das denúncias de trabalhadoras e trabalhadores rurais do acampamento Nova Carajás, situado em uma área da Fazenda Lagoa, no município de Parauapebas, o qual abriga 286 (duzentas e oitenta e seis) famílias e onde, conforme denúncia, na noite do dia 22/06/2020 cerca de 150 (cento e cinquenta) pessoas foram surpreendidas, enquanto faziam orações, por balas de borracha, disparadas à queima roupa, e bombas de gás lançadas por seguranças da empresa PROSEGUR, que estavam a serviço da Vale, ocasionando ferimentos em cerca de 20 agricultores.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Há cinco anos 248 trabalhadores vivem no acampamento conhecido como Fazenda Lagoa, reivindicada pela mineradora Vale. A denúncia em questão, de que os trabalhadores e trabalhadoras foram violentados fisicamente por seguranças com balas de borracha no corpo e rosto, incluindo mulheres, inclusive uma idosa, foi, segundo o despacho da Procuradoria da República no Município de Marabá/PA, supostamente iniciado a partir de uma tentativa de ligação de energia elétrica impedida pelos agentes da Vale, e do qual resultaram pessoas feridas.

Para o deputado e presidente da Comissão, Carlos Bordalo é preciso esclarecer os fatos. “Essa Comissão vai aprofundar a ação que se revelou de grande violência com moradores. É um fato que é preciso ser olhado pelo poder público, não é possível admitir que empresas ajam com violência, os problemas sociais não se resolvem desta forma. O Pará não pode ser transformado em uma terra de barbárie, somente autoridade pública com mandado judicial, de ordem de justiça pode promover reintegração de posse, mas a reunião evidenciou um quadro de extrema violência”. Assim, diante dos fatos, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor do Poder Legislativo tomará as medidas necessárias para que o caso não fique impune.

Participaram da reunião o deputado estadual Carlos Bordalo - Presidente da Comissão; Filipe Bastos - Secretário de Comissão, Carlos Marques - Assessor, João Gabriel-estagiário e Jean Brito - Assessor da Deputada Marinor Brito (membra da CDHDC); Rogério Siqueira dos Santos-Coordenador de Políticas Agrárias da Defensoria Pública do Estado; Samuel Furtado Sobral - Promotor de Justiça Agrária do Ministério Público de Parauapebas; Wagner Wille Nascimento Vaz - Defensor Regional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União; Ben-Hur Daniel Cunha - GT Moradia e Conflitos Fundiários da Região Norte da Defensoria Pública da União; Tátilla Brito - Procuradoria Geral do Estado; Rubens Motta de Azevedo Moraes Junior - Conselheiro da OAB/PA; representantes dos movimentos sociais: Viviane Pereira - Coordenadora Geral da Federação das(os) Trabalhadoras(res) da Agricultura Familiar - FETRAF; Audázio Freire (DIL) - Coordenador da FETRAF de Parauapebas; Jaqueline - Movimento dos Atingidos por Barragens/MAB; José Gonçalves - Diretor de Agricultura da Federação das(os) Trabalhadoras(res) da Agricultura-FETRAG/PA



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

A Mineradora VALE Informou justificativa de não participação nesta reunião por meio de nota com a contextualização e esclarecimentos dos fatos por sua parte e onde se disponibiliza para quaisquer esclarecimentos. (Nota enviada pelo Sr. José Fernando Gomes Junior da empresa VALE).

Áudio da reunião disponível no site eletrônico da ALEPA:

ACESSE



JULHO

Dia 10, MODALIDADE VIRTUAL - FRENTE DE TRABALHO PROTEÇÃO DE DIREITOS EM DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, Deputado Bordalo, participou do diálogo sobre Instrumentos para Proteção de Direitos dos Atingidos. O debate contou com a participação da professora e pesquisadora Dulce Maria Pereira, Leonardo Pinho da CNDH e Robert Rodrigues do MAB Pará - Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB.

AGOSTO

Dia 14 e 15, manhã e tarde, Município de Aurora do Pará, Escola Estadual Professor Hildeberto Reis - CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS.

Aurora do Pará, município situado no nordeste do Pará, recebeu a Caravana de Direitos Humanos, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Pará, presidida pelo Deputado Bordalo. Nessa edição a ação foi integrada a Fundação Pará Paz do Governo do Pará e outros órgãos estaduais no intuito de atender demandas sociais da comunidade

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Nesta edição foram realizadas consultas médicas, testes rápidos de sífilis, hepatite B e C e HIV - para o diagnóstico de doenças sexualmente transmissíveis - testes e medicamentos para Covid-19, aferição de pressão arterial e glicemia, distribuição de kits de higiene buçal, além da emissão de documentos pessoais com a carteira de identidade, certidão de nascimento e ainda orientação jurídica.



Imagem 21 - Ação da Caravana de Direitos Humanos em Aurora do Pará/Foto: Lilian Campelo

Em 2019 a ação ocorreu em Mãe do Rio, São Domingos do Capim, Concórdia do Pará e Santa Luzia.

Lembrando que mesmo o estado apresentando queda de casos de contaminação por Covid-19 as recomendações de proteção, distanciamento social e à limitação do número de pessoas no acesso foram respeitadas.

Dia 27, às 09:30hrs, Sala VIP da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - REUNIÃO PARA TRATAR E DISCUTIR OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA TORNAR VIGENTE A LEI 7.567, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011, DE AUTORIA DA EX. DEPUTADA BERNADETE TEM CATEN E A PROPOSITURA DE PROJETO DE LEI PARA A FORMAÇÃO DE COLABORADORES PARA O ENFRENTAMENTO ÀS DISCRIMINAÇÕES DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

COLABORADORES PARA O ENFRENTAMENTO ÀS DISCRIMINAÇÕES DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO.

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, na figura do seu presidente o Deputado Carlos Bordalo, se reuniu no dia 27/08 (quinta-feira) às 9:30h, na sala VIP, com representantes da sociedade civil e com o Comitê Gestor do Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à LGBTifobia e ouviu denúncias de casos de violência e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

A reunião se deu para discutir os procedimentos necessários para tornar vigente a Lei Nº 7.567/ 2011, que proíbe a discriminação em virtude de raça, sexo, cor, idade, religião, orientação sexual, ou quaisquer outras formas de discriminação e o Projeto de Lei que obriga a formação de colaboradores para o enfrentamento às discriminações de orientação sexual e identidade de gênero.

Presentes na reunião o promotor de justiça Marco Aurélio, Jorge Aragão, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), Jean Brito, assessor da Deputada Marinor, o advogado João Neto da OAB-PA, Barbara Pastana do Movimento LGBT, Rafael Ventimi da Gerência de Proteção à Livre Orientação Sexual (GLOS-SEJUDH), Defensora Pública Estadual Felícia Nunes, Gleyson Oliveira da Ong Olívia e José Paes do Movimento LGBTQI Pará.

Dia 28 e 29, manhã e tarde, Município de Limoeiro do Ajuru, - CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS

Pela primeira vez o Município de Limoeiro do Ajuru recebe a Ação Cidadania. Promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA e Fundação Pará Paz do Governo do Pará.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR



Imagem 22 - Ação retirada de documentos da Caravana de Direitos Humanos em Aurora do Pará/Foto: Lilian Campelo

Foram são disponibilizados diversos serviços nas áreas de saúde, cidadania e assistência, entre os quais emissão de carteira de identidade; 2ª via de certidões de nascimento e óbito; orientações jurídicas; testes rápidos de sífilis, HIV e hepatites B e C; aferição de pressão arterial; teste de glicemia; vacinas; consultas médicas e medicamentos para pacientes com sintomas de Covid-19, entre outros. Ressaltamos que mesmo o estado apresentando queda de casos de contaminação por Covid-19 as recomendações de proteção, distanciamento social e à limitação do número de pessoas no acesso foram respeitadas.

SETEMBRO

Dia 10, às 9hrs, Sala VIP da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - REUNIÃO QUE VISA ESCLARECIMENTOS RELATIVOS À CONDUÇÃO DE EXAMES REALIZADOS PELO IEC/SAMAM E LACEN/SESPA, A FIM DE DETECTAR POSSÍVEIS CONTAMINAÇÕES DE SERES HUMANOS AFETADOS PELO DESASTRE AMBIENTAL QUE TAMBÉM DEU ORIGEM ÀS INVESTIGAÇÕES DA CPI DA ALEPA SOBRE DANOS AMBIENTAIS EM BARCARENA.

A reunião contou com a participação de membros do Ministério Público do Estado do Pará, da Secretaria de saúde de Barcarena, membros do Instituto Evandro



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Chagas e do Laboratório de Química Analítica e Ambiental da Amazônia da UFPA, além de representação da Deputada Marinor Brito. O Laboratório Central de Saúde Pública do Pará (LACEN/PA) também foi convocado, mas, por meio de nota, declarou as razões de seu não comparecimento solicitando futura remarcação de reunião com esta Comissão para assim poderem apresentar resultados mais concretos e atualizados sobre a frente de trabalho relacionado ao caso de Barcarena.

OUTUBRO

Diligências da equipe técnica:

Dia 01 – Acompanhamento da ação de desocupação de 400 famílias que vivem na Fazendas São Tomé I e II (decisão posteriormente revogada, para suspender a desocupação).

NOVEMBRO

Dia 27, VIRTUAL - LIVE "CONVENÇÃO 169: DIÁLOGOS SOBRE CONSENTIMENTO E VETO".

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, Deputado Carlos Bordalo, participou da live "Convenção 169: Diálogos sobre Consentimento e Veto", que faz parte da programação de atividades autogestionadas do evento.

Também participarão da Live os representantes da FASE, dos territórios quilombolas Bom Remédio, Laranjinha e África, de Abaetetuba.

A Convenção 169 foi criada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para tratar dos protocolos de consultas em comunidades tradicionais quilombolas e indígenas. O Brasil é um dos países signatários da convenção.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

"Esta convenção da OIT representa um marco que pode gerar um novo sentido na garantia de segurança para as comunidades tradicionais e todos os grupos sociais que são profundamente afetados por obras de infraestrutura e por grandes projetos que o capital quer implantar nas regiões do País, particularmente na Amazônia", avaliou o Deputado Carlos Bordalo.

Dia 29, manhã, Ministério Público do Estado do Pará - II SEMANA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, Dep. Carlos Bordalo, participou da II Semana Municipal da Pessoa com Deficiência, realizado no auditório da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado do Pará, promovida pela Promotoria de Defesa da Pessoa com Deficiência e Idosos de Belém, na pessoa da promotora Elaine Carvalho Castelo Branco, com significativa colaboração do Lions Clube. A programação contou com a apresentação de dança, palestra sobre direitos humanos e música apresentada pelos alunos da Escola Estadual Dr. Freitas. Foi uma manhã para falar sobre diversidade e direitos.



Imagem 23 - II semana municipal da pessoa com deficiência/Foto: Lillian Campelo.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Dia 30 – Reunião com órgãos do Governo do Estado, liderados pelo Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos, Dr. Alberto Teixeira e a missão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Federal para atualizar o status de acordos de solução amistosa de condenações do Estado Brasileiro junto a Corte Interamericana de Direitos humanos - CIDH/OEA.

Na pauta o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, Dep. Carlos Bordalo, cobrou o cumprimento de Cláusulas do acordo sobre o Caso Dezinho, líder sindical assassinado em Rondon do Pará; a Chacina na Fazenda Ubá, ocorrida em 1985, e ainda o caso Gabriel Sales Pimenta, advogado assassinado nos arredores de Marabá em 1982, em razão da luta pela terra da Vila do Pau Seco com 250 famílias.

Em todos os fatos de violação aos direitos humanos o Estado Brasileiro foi condenado. O Estado do Pará foi condenado pelo assassinato do líder sindical e da chacina na Fazenda Ubá.

DEZEMBRO

Dia 17, às 15hrs, Ambiente Virtual, TV ALEPA - AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O DESMONTE DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, presidida pelo Deputado Carlos Bordalo, realizou no dia 17, audiência pública virtual para debater sobre o desmonte da Política Nacional de Saúde Mental do Sistema Único de Saúde (SUS), promovido pelo governo Bolsonaro.

A desativação de cerca de 100 portarias de políticas de saúde mental é mais um desmonte promovido pelo governo Bolsonaro (sem partido). Para debater sobre o tema e as consequências desta medida de sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS).



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

De acordo com informações da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde a revogação das portarias atinge **"o programa anual de reestruturação da assistência psiquiátrica hospitalar no SUS; as equipes de Consultório na Rua; o Serviço Residencial Terapêutico; e a Comissão de Acompanhamento do Programa De Volta para Casa. Ainda, a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas também seria atingida pelo desmonte"**.

Mais de 120 entidades da sociedade civil manifestaram repúdio ao pacote de "revogação", termo chamado pelas instituições, e acionaram o Ministério Público Federal. Elas pedem a abertura de inquérito civil pela Procuradoria, pois na avaliação, representa um retrocesso e desmonte da área.

Participaram da audiência, além do Deputado Carlos Bordalo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, a deputada Marinor Brito (PSOL), Membro da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA, representantes da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), Movimento de Luta Antimanicomial (MLA), Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Serviço Social e Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

4. DA CONCLUSÃO

O ano de 2019 para Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA foi um ano de mudanças, frente a uma nova conjuntura política nacional que se apresentava com retórica anti-direitos humanos e de desconstrução de conquistas históricas, de desmonte de políticas públicas nacionais, de violência contra povos tradicionais, entre muitas outras inconstitucionalidades discursada pelo Governo Federal.

Entendemos, que o Estado brasileiro, sendo signatário de documentos jurídicos que o vincula aos sistemas internacionais de direitos humanos da ONU – Organização das Nações Unidas e da OEA – Organização dos Estados Americanos, e pela própria legislação pátria, deve cumprir com suas obrigações e compromissos em matéria de direitos humanos.

A nível Estadual, construímos parceria com o executivo e judiciário, assim como demais órgãos, entidades e sociedade civil, que buscam, assim como nós, a aplicabilidade eficaz do Princípio da Dignidade Humana e garantia de Direitos. Essas interações são mecanismo fundamental na democracia contemporânea.

Realizamos atendimentos, reuniões, simpósios, exposições, caravanas, todas ferramentas a nós atribuídas, onde dialogamos com a proteção de direitos humanos e defesa do consumidor, reafirmando nosso compromisso com as obrigações assumidas pelo amparo desses direitos, garantindo um ano frutífero.

O ano de 2020 nos apresentou o que jamais imaginamos enfrentar, um inimigo universal, invisível e devastador, o COVID 19, com impacto a garantia dos direitos humanos, nos fazendo preocupar, principalmente com grupos e populações que vivem, em condição de maior vulnerabilidade, como por exemplo, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, grupos e comunidades das periferias, população negra, entre muitos outros grupos.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Exigiu-se iniciativa do Legislativo e do Governo do Estado, de forma coordenada, equilibrada, e céleres, a fim de ser ter eficácia na contenção da pandemia e principalmente, para salvar vidas.

Infelizmente, o Governo Federal, se eximiu de muitas medidas de enfrentamento, levando ao índice de número de mortes, com o decorrer dos meses do ano de 2020, cada vez mais alarmantes e crescentes.

Aos governadores e prefeitos ficaram a incumbência de normas mais rígidas de isolamento social.

Dentro de nossas atribuições, respeitando os protocolos de isolamento, a maior parte de nosso trabalho em 2020 aconteceu de forma virtual, o que não deixou de ser menos atento, trabalhamos para que a crise sanitária, provocada pelo COVID 19, não fosse utilizada como forma de violar direitos humanos.

Por fim, em decorrência de um ano tão atípico, só fortalecemos o nosso entendimento de **que proteger e cuidar é indispensável.**



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente da Assembleia Legislativa do Pará



Chicão - MDB

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor



Deputado Bordalo - PT

Vice-presidente



Deputada Prof.ª Nilse Pinheiro - PR

Membros Titulares



Dep. Igor Normando - PODE



Dep. Marinor Brito - PSOL



Dep. Dr. Wanderlan - MDB



Dep. Diana Melo - DC



Dep. Ana Cunha - PSDB

Membros Suplentes



Dep. Dirceu Ten Caten - PT



Dep. Thiago Araújo - CIDA



Dep. Orlando Lobato - PMN



Dep. Dr. Jaques Neves - PSC



Dep. Chamonzinho - MDB



Dep. Victor Dias - PSDB



Dep. Ozório Juvenil - MDB